

A faded background image of the Statue of Justice, a classical figure holding a sword and scales, standing on a pedestal with a broken chain at her feet. The image is overlaid with a large, thin maroon circle.

E-book

OAB

Exame 38º

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, futuro Advogado(a), tudo certo?!

Em 09/07/2023, foi aplicada a prova da primeira fase do **XXXVIII Exame da Ordem dos Advogados do Brasil**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial, que, agora, será apresentado juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 6 questões passíveis de recurso e/ou anulação, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 4, 5, 17, 46, 59 e 68.

De modo complementar, elaboramos também um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://oab.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/19f57eb2-7505-4675-8d2c-54da9bea9a26>

Por fim, vocês poderão acompanhar os eventos e cursos para a fase discursiva, bem como outras novidades envolvendo o Exame de Ordem no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia OAB - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA

XXXVIII EXAME DA OAB

QUESTÃO 01. Teresa Silva, advogada atuante na área criminal, tem como clientes Luiz, acusado de tráfico ilícito de drogas, e Roberto, acusado de crimes contra o sistema financeiro nacional. Após serem proferidas decisões judiciais que determinam o bloqueio universal dos patrimônios de Luiz e Roberto, Teresa se indaga a respeito dos meios disponíveis para obter os valores necessários ao reembolso de gastos com a defesa e ao recebimento de honorários desses clientes. Sobre esse assunto, é correto concluir que

- a) garantir-se-á a Teresa a liberação de 20% (vinte por cento) dos bens bloqueados de Luiz para o fim de reembolso de gastos com a defesa, vedado o recebimento de honorários.
- b) garantir-se-á a Teresa a liberação de 20% (vinte por cento) dos bens bloqueados de Roberto para o fim de reembolso de gastos com a defesa e o recebimento de honorário.
- c) Teresa poderá optar pela venda de bens de Luiz em hasta pública para o reembolso de gastos com a defesa.
- d) Teresa não poderá realizar a adjudicação de bens de Roberto para a satisfação dos honorários devidos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois em desacordo com o que dispõe o Art. 24-A da Lei nº 8.906/94: “Art. 24-A. No caso de bloqueio universal do patrimônio do cliente por decisão judicial, garantir-se-á ao advogado a liberação de até 20% (vinte por cento) dos bens bloqueados para fins de recebimento de honorários e reembolso de gastos com a defesa, ressalvadas as causas relacionadas aos crimes previstos na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), e observado o disposto no parágrafo único do art. 243 da Constituição Federal”. Da leitura do artigo, verifica-se que há exclusão das causas que tiverem relação com os crimes previstos na Lei de Drogas. Assim, não será garantido à Teresa a liberação de 20% (vinte por cento) dos bens bloqueados de Luiz.

A alternativa B está correta. O fundamento encontra-se no Art. 24-A da Lei nº 8.906/94: “No caso de bloqueio universal do patrimônio do cliente por decisão judicial, garantir-se-á ao advogado a liberação de até 20% (vinte por cento) dos bens bloqueados para fins de recebimento de honorários e reembolso de gastos com a defesa, ressalvadas as causas relacionadas aos crimes previstos na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), e observado o disposto no parágrafo único do art. 243 da Constituição Federal”. Desse modo, garantir-se-á a Teresa a liberação de 20% (vinte por cento) dos bens bloqueados de Roberto.

A alternativa C está incorreta, uma vez que contraria o Art. 24-A da Lei nº 8.906/94. Vejamos: “Art. 24-A. No caso de bloqueio universal do patrimônio do cliente por decisão judicial, garantir-se-á ao advogado a liberação de até 20% (vinte por cento) dos bens bloqueados para fins de recebimento de honorários e reembolso de gastos com a defesa, ressalvadas as causas relacionadas aos crimes previstos na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), e observado o disposto no parágrafo único do art. 243 da Constituição Federal”. Da leitura do artigo, verifica-se que há exclusão das causas que tiverem relação com os crimes previstos na Lei de Drogas. Assim, Teresa não poderá optar pela venda de bens de Luiz em hasta pública para o reembolso de gastos com a defesa.

A alternativa D está incorreta. O fundamento encontra-se no Art. 24-A caput, § 3º e §4º, da Lei nº 8.906/94: “No caso de bloqueio universal do patrimônio do cliente por decisão judicial, garantir-se-á ao advogado a liberação de até 20% (vinte por cento) dos bens bloqueados para fins de recebimento de honorários e

reembolso de gastos com a defesa, ressalvadas as causas relacionadas aos crimes previstos na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006 (Lei de Drogas), e observado o disposto no parágrafo único do art. 243 da Constituição Federal. [...] Quando se tratar de dinheiro em espécie, de depósito ou de aplicação em instituição financeira, os valores serão transferidos diretamente para a conta do advogado ou do escritório de advocacia responsável pela defesa. Nos demais casos, o advogado poderá optar pela adjudicação do próprio bem ou por sua venda em hasta pública para satisfação dos honorários devidos, nos termos do art. 879 e seguintes da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil)”. Desse modo, Teresa poderá realizar a adjudicação de bens de Roberto para a satisfação dos honorários devidos.

QUESTÃO 02. O advogado Alex encontra-se licenciado junto à OAB. Assinale a opção que, corretamente, apresenta uma causa para o licenciamento de Alex.

- a) O requerimento de licenciamento, independentemente de motivação, formulado por Alex.**
- b) O fato de Alex passar a sofrer de doença física incurável.**
- c) O exercício por Alex, de forma definitiva, de atividade incompatível com a advocacia.**
- d) O fato de Alex passar a sofrer de doença mental curável.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois em desacordo com o inciso I do Art. 12 da Lei nº 8.906/94, que trata do licenciamento. O citado artigo assim dispõe: “Licencia-se o profissional que: I - assim o requerer, por motivo justificado”

A alternativa B está incorreta, já que contraria o disposto no inciso III do Art. 12 da Lei nº 8.906/94, que trata do licenciamento. O citado artigo assim preconiza: “Licencia-se o profissional que: [...] III - sofrer doença mental considerada curável.”

A alternativa C está incorreta, uma vez que contraria o inciso II do Art. 12. da Lei nº 8.906/94, que tratam do licenciamento. O citado artigo assim dispõe: “Licencia-se o profissional que: [...] II - passar a exercer, em caráter temporário, atividade incompatível com o exercício da advocacia.”

A alternativa D está correta. Trata-se da exigência da literalidade dos incisos do Art. 12. da Lei nº 8.906/94, que tratam do licenciamento. O citado artigo prevê: “Licencia-se o profissional que: I - assim o requerer, por motivo justificado; II - passar a exercer, em caráter temporário, atividade incompatível com o exercício da advocacia; III - sofrer doença mental considerada curável.”

QUESTÃO 03. Marcelo, advogado, é acusado de usar atestado médico falso para libertar seu cliente da prisão. O fato alcança grande repercussão, a ponto de um jornal local publicar matéria em que afirma que Marcelo deve ser suspenso preventivamente pela OAB, até que se conclua a apuração disciplinar da conduta. Sobre esse tema, assinale a afirmativa correta.

- a) Cabe ao Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho Seccional perante o qual a infração tenha ocorrido, suspendê-lo preventivamente.**
- b) A suspensão preventiva pressupõe a demonstração de que o fato tenha gerado repercussão prejudicial à dignidade da advocacia.**
- c) Antes de aplicada a suspensão preventiva, o acusado deve ser ouvido em sessão especial, salvo se não for possível notificá-lo para comparecer.**
- d) Caso aplicada a suspensão preventiva, o processo disciplinar deve ser concluído no prazo máximo de sessenta dias.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, com base no que dispõe o §3º do art. 70 da Lei nº 8.906/94: “§ 3º O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho onde o acusado tenha inscrição principal pode suspendê-lo preventivamente, em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, depois de ouvi-lo em sessão especial para a qual deve ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação. Neste caso, o processo disciplinar deve ser concluído no prazo máximo de noventa dias.” Assim, a suspensão cabe ao Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho onde o acusado tenha inscrição principal.

A alternativa B está correta, já que de acordo com o teor do §3º do art. 70 da Lei nº 8.906/94: “O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho onde o acusado tenha inscrição principal pode suspendê-lo preventivamente, em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, depois de ouvi-lo em sessão especial para a qual deve ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação. Neste caso, o processo disciplinar deve ser concluído no prazo máximo de noventa dias.”

A alternativa C está incorreta e tem fundamento no §3º do art. 70 da Lei nº 8.906/94, que assim dispõe: “O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho onde o acusado tenha inscrição principal pode suspendê-lo preventivamente, em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, depois de ouvi-lo em sessão especial para a qual deve ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação. Neste caso, o processo disciplinar deve ser concluído no prazo máximo de noventa dias.”

A alternativa D está incorreta, pois o prazo máximo será de 90 dias. Nessa linha, §3º do art. 70 da Lei nº 8.906/94: “O Tribunal de Ética e Disciplina do Conselho onde o acusado tenha inscrição principal pode suspendê-lo preventivamente, em caso de repercussão prejudicial à dignidade da advocacia, depois de ouvi-lo em sessão especial para a qual deve ser notificado a comparecer, salvo se não atender à notificação. Neste caso, o processo disciplinar deve ser concluído no prazo máximo de noventa dias.”

QUESTÃO 04. Uma sociedade de advogados decidiu patrocinar a realização de um evento, sob o formato de um congresso, em certo hotel de lazer do tipo “resort”, que conta com área de conferências, com o explícito fim de publicidade de suas atividades profissionais. Considerando a forma de publicidade escolhida, assinale a afirmativa correta.

a) Não é autorizada, independentemente de quem seja o público convidado para o evento, tendo em vista o local escolhido. Todavia, se o congresso fosse realizado em local diverso do hotel selecionado, seria admitido o seu patrocínio como meio de publicidade.

b) É admitida, desde que os participantes sejam apenas integrantes da sociedade de advogados, funcionários ou clientes.

c) É autorizada, sendo admitida a participação de clientes da sociedade de advogados e de interessados do meio jurídico.

d) Não é autorizada, independentemente de quem seja o público convidado para o evento, ou do local onde realizado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O gabarito preliminar da banca apontou como correta a **letra C**. Todavia, entende-se que tal questão **caberia recurso**, pois da análise do enunciado a **letra D** é a que melhor atende aos elementos trazidos no enunciado da questão. Isto porque, nos termos do artigo 39, do CED, a publicidade profissional deve sempre ter como base os princípios norteadores da moderação, discricção e meramente informativa, vejamos: “Art. 39. A publicidade profissional do advogado tem caráter meramente informativo e deve primar pela discricção e sobriedade, não podendo configurar captação de clientela ou mercantilização da profissão.”

Ainda, há que se considerar que os Advogados(as) e as Sociedades de Advogados(as) estão permitidos a fazer publicidade de seus serviços jurídicos através do patrocínio de eventos, no entanto, o artigo 45, do CED,

estabelece expressamente que devem ser eventos de caráter científico ou cultural, o que não é o caso trazido no enunciado da questão, vejamos: “São admissíveis como formas de publicidade o patrocínio de eventos ou publicações de caráter científico ou cultural, assim como a divulgação de boletins, por meio físico ou eletrônico, sobre matéria cultural de interesse dos advogados, desde que sua circulação fique adstrita a clientes e a interessados do meio jurídico.”

Nesse sentido, entendemos que a alternativa apontada como correta pela banca da FGV (letra C), não se revela a mais correta, mas a letra D, uma vez que o enunciado da questão trouxe a expressa informação de que o patrocínio de evento pela sociedade de advogado tinha como “explícito fim de publicidade de suas atividades profissionais”.

Portanto, para manter a coerência com os termos do CED, acreditamos que deve ser declarada como alternativa correta a letra D e como incorretas as assertivas de letras A, B e C.

QUESTÃO 05. A medida cautelar de busca e apreensão a ser cumprida no escritório do advogado José foi regularmente deferida, por Juízo competente. Considerou o magistrado que havia nos autos indícios de autoria e materialidade da prática de crime por José, juntamente com um cliente seu, de nome Oswaldo. Quanto à situação hipotética narrada, assinale a afirmativa correta.

a) É dever do representante da OAB presente ao ato, durante o cumprimento do mandado de busca e apreensão, impedir que documentos referentes a outros processos em face de Oswaldo, não relacionados ao objeto da investigação que ensejou a cautelar, sejam retirados do escritório, exceto se o volume ou natureza dos objetos impedirem o resguardo do sigilo através da cadeia de custódia.

b) A análise dos documentos apreendidos deve ser feita mediante comunicação prévia ao Conselho Federal da OAB, com antecedência mínima e impreterível de 48 horas.

c) Caso seja essencial à sua defesa no processo criminal, é admitido que José efetue colaboração premiada em face de Oswaldo, desde que haja confirmação das imputações por outros meios de prova.

d) É direito de José estar presente na ocasião designada para análise do conteúdo dos documentos apreendidos, quando do cumprimento do mandado de busca e apreensão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O gabarito preliminar da FGV apontou como alternativa correta a **letra D**. Contudo, entendemos que **a letra A também se revela correta**.

Isto porque, a letra A contém todos os elementos necessários para o cumprimento da medida cautelar de busca e apreensão definidos e trazidos nos §6º-C e §6º-D, ambos do artigo 7º, do EAOAB, quais sejam: a presença do representante da OAB, o dever de zelo pelo cumprimento da investigação, o impedimento de acesso a documentos ou outros elementos não relacionados à investigação e de outros processos, bem como no caso de inviabilidade de separação dos documentos, a preservação do sigilo do conteúdo.

Vejamos: “O representante da OAB referido no § 6º deste artigo tem o direito a ser respeitado pelos agentes responsáveis pelo cumprimento do mandado de busca e apreensão, sob pena de abuso de autoridade, e o dever de zelar pelo fiel cumprimento do objeto da investigação, bem como de impedir que documentos, mídias e objetos não relacionados à investigação, especialmente de outros processos do mesmo cliente ou de outros clientes que não sejam pertinentes à persecução penal, sejam analisados, fotografados, filmados, retirados ou apreendidos do escritório de advocacia. No caso de inviabilidade técnica quanto à segregação da documentação, da mídia ou dos objetos não relacionados à investigação, em razão da sua natureza ou volume, no momento da execução da decisão judicial de apreensão ou de retirada do material, a cadeia de custódia preservará o sigilo do seu conteúdo, assegurada a presença do representante da OAB, nos termos dos §§ 6º-F e 6º-G deste artigo.”

Nesse sentido, entendemos pela anulação dessa questão, uma vez que existem 02 alternativas corretas, letra A e letra D.

QUESTÃO 06. O advogado Luís Santos, regularmente inscrito na OAB, está em início de carreira. Luís presta serviços jurídicos a determinada instituição social sem fins econômicos, consistentes em patrocinar seus interesses em demanda judicial em curso. Sobre a atuação de Luís, assinale a afirmativa correta.

a) Não poderá ser considerada advocacia pro bono a atuação gratuita de Luís como advogado das pessoas naturais, hipossuficientes econômicas, beneficiárias da instituição social.

b) É ilícito que Luís preste gratuitamente tais serviços jurídicos, se o objetivo é valer-se de sua atuação como instrumento de publicidade da sua atividade profissional.

c) A atuação gratuita de Luís, ainda que não seja eventual, na defesa em Juízo da mencionada instituição social, pode ser considerada advocacia pro bono.

d) É admitida a prestação por Luís, sob a forma de advocacia pro bono voluntária, de serviços jurídicos para uma instituição social cobrando preços simbólicos, haja vista a ausência de fins econômicos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, sob o fundamento do § 2º do art. 30 do Código de Ética e Disciplina da OAB, que assim dispõe: “§ 2º A advocacia pro bono pode ser exercida em favor de pessoas naturais que, igualmente, não dispuserem de recursos para, sem prejuízo do próprio sustento, contratar advogado.

A alternativa B está correta, com base no que dispõe o §3º do art. 30 do Código de Ética e Disciplina, a seguir transcrito: “art. 30 [...] § 3º A advocacia pro bono não pode ser utilizada para fins político-partidários ou eleitorais, nem beneficiar instituições que visem a tais objetivos, ou como instrumento de publicidade para captação de clientela.”

A alternativa C está incorreta, pois diverge do §1º do art. 30 do Código de Ética e Disciplina da OAB. Vejamos: “art. 30 [...] § 1º Considera-se advocacia pro bono a prestação gratuita, eventual e voluntária de serviços jurídicos em favor de instituições sociais sem fins econômicos e aos seus assistidos, sempre que os beneficiários não dispuserem de recursos para a contratação de profissional.

A alternativa D está incorreta, já que o §1º do art. 30 do Código de Ética e Disciplina da OAB contém expressamente o termo “prestação gratuita”. Vejamos: “art. 30 [...] § 1º Considera-se advocacia pro bono a prestação gratuita, eventual e voluntária de serviços jurídicos em favor de instituições sociais sem fins econômicos e aos seus assistidos, sempre que os beneficiários não dispuserem de recursos para a contratação de profissional.

QUESTÃO 07. Maria, advogada regularmente inscrita na OAB, encontra-se gestante. Em razão de sua condição, Maria tem direitos específicos previstos no Estatuto da Advocacia e da OAB. Assinale a opção que apresenta, corretamente um desses direitos.

a) Durante a gravidez, ela terá direito a uma vaga garantida nas garagens dos fóruns de todos os tribunais.

b) Durante a gravidez ela terá preferência na realização das audiências a serem realizadas no dia, independentemente de comprovação de sua condição.

c) Após dar à luz, ela terá direito à suspensão dos prazos processuais por 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do parto, se for a única patrona da causa.

d) Após dar à luz, ela terá preferência na ordem das sustentações orais, mediante comprovação de sua condição, pelo período de 90 (noventa) dias, contados a partir da data do parto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do art. 7º-A, I, b, da Lei nº 8.906/94, a seguir transcrito: “São direitos da advogada: I - gestante: [...] b) reserva de vaga em garagens dos fóruns dos tribunais;”

A alternativa B está incorreta, uma vez que o inciso III do art. 7ºA da Lei nº 8.906/94 exige a comprovação da condição: “São direitos da advogada: III - gestante, lactante, adotante ou que der à luz, preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição;”.

A alternativa C está incorreta. O fundamento está no art. 7º-A, IV, c/c §3º do mesmo artigo e com §6º do art. 313 do CPC, destacados abaixo: “São direitos da advogada: IV - adotante ou que der à luz, suspensão de prazos processuais quando for a única patrona da causa, desde que haja notificação por escrito ao cliente. [...] § 3º O direito assegurado no inciso IV deste artigo à advogada adotante ou que der à luz será concedido pelo prazo previsto no § 6º do art. 313 da Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

CPC art. 313, § 6º: “No caso do inciso IX, o período de suspensão será de 30 (trinta) dias, contado a partir da data do parto ou da concessão da adoção, mediante apresentação de certidão de nascimento ou documento similar que comprove a realização do parto, ou de termo judicial que tenha concedido a adoção, desde que haja notificação ao cliente.”

A alternativa D está incorreta. O fundamento está no art. 7º-A, III, c/c §2º do mesmo artigo e com art. 392 da CLT, destacados abaixo: O inciso III do art. 7ºA da Lei nº 8.906/94 orienta: “Art. 7º-A. São direitos da advogada: III - gestante, lactante, adotante ou que der à luz, preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas a cada dia, mediante comprovação de sua condição; [...] § 2º Os direitos assegurados nos incisos II e III deste artigo à advogada adotante ou que der à luz serão concedidos pelo prazo previsto no art. 392 do Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho).”

CLT Art. 392: “A empregada gestante tem direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo do emprego e do salário.”

QUESTÃO 08. Lucas, estagiário de Direito, descobre que Patrícia, advogada que o supervisiona, teve sua inscrição na OAB cancelada. Na intenção de auxiliar Patrícia a restabelecer o exercício da advocacia, Lucas passa a estudar a legislação que disciplina o tema. Sobre o cancelamento da inscrição, Lucas concluiu, corretamente, que

a) deve ter motivo justificado, caso seja solicitada pelo profissional.

b) a aplicação de penalidade de exclusão impossibilita um novo pedido de inscrição.

c) deve ser promovido, de ofício, pelo conselho competente, caso decorra do exercício de atividade incompatível com a advocacia.

d) será restaurado o número cancelado, caso seja feito um novo pedido de inscrição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, já que não consta a expressão “motivo justificado” no inciso I do art. 11 da Lei nº 8.906/94: “Cancela-se a inscrição do profissional que: I - assim o requerer;”.

A alternativa B está incorreta, nos termos do § 3º c/c inciso II, do Art. 11. da Lei nº 8.906/94: “Cancela-se a inscrição do profissional que: [...] II - sofrer penalidade de exclusão; [...] § 3º Na hipótese do inciso II deste artigo, o novo pedido de inscrição também deve ser acompanhado de provas de reabilitação.”

A alternativa C está correta. Possui como fundamento o inciso IV do art. 11 da Lei nº 8.906/94, que trata do cancelamento. Vejamos: “Cancela-se a inscrição do profissional que: [...] IV - passar a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com a advocacia; [...] § 1º Ocorrendo uma das hipóteses dos incisos II, III e IV, o cancelamento deve ser promovido, de ofício, pelo conselho competente ou em virtude de comunicação por qualquer pessoa.”

A alternativa D está incorreta, pois diverge do §2º do art. 11 da Lei nº 8.906/94, a seguir transcrito: “Na hipótese de novo pedido de inscrição - que não restaura o número de inscrição anterior - deve o interessado fazer prova dos requisitos dos incisos I, V, VI e VII do art. 8º.”

QUESTÃO 9. "Há muitos tipos diferentes de relação direito e a moral e a relação entre eles não pode ser isolada com proveito para efeitos de estudo. Em vez disso, é importante distinguir algumas das muitas coisas diferentes que podem querer dizer-se através da afirmação ou negação de que o direito e a moral estão relacionados". (Herbert Hart)

Herbert Hart, em seu livro O Conceito de Direito, comenta sobre a influência da moral sobre o Direito, afirmando que nenhum positivista poderá negar que a estabilidade dos sistemas jurídicos depende, em parte, da correspondência com a moral. Assinale a opção que, segundo o autor no livro em referência, mostra como essa influência da moral sobre o direito pode ocorrer.

(A) Pode se dar por meio da legislação ou por intermédio do processo judicial. Pode ocorrer que, em alguns sistemas, os critérios últimos de validade incorporem explicitamente princípios de justiça ou valores morais substantivos.

(B) Por intermédio da religião, sobretudo naqueles estados que, mesmo tendo a forma laica, admitem a influência das autoridades religiosas sobre o funcionamento das instituições.

(C) Ocorre por meio do pensamento científico. O desenvolvimento da ciência aponta possibilidades que exigem uma base moral que normatize os padrões de conduta em relação ao que seria aceitável ou não naquela sociedade.

(D) A influência da moral sobre o direito acontece por força da própria natureza das coisas. São padrões de certo e errado que surgem naturalmente e em um determinado momento histórico são incorporados ao direito positivo de forma espontânea e automática.

Comentários

A resposta correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Vejamos: "A influência da moral sobre o direito. O direito de todos os Estados modernos mostra em pontos muito numerosos a influência não só da moral social aceita, como também de ideais morais mais vastos. Estas influências entram no direito, quer de forma abrupta e confessada, através de legislação, quer de forma silenciosa e paulatina, através do processo judicial. Em alguns sistemas, como nos Estados Unidos, os critérios últimos da validade jurídica incorporam explicitamente princípios de justiça ou valores morais substantivos; noutros sistemas, como em Inglaterra, em que não há restrições formais à competência do poder legislativo supremo, a sua legislação pode, contudo, de forma não menos escrupulosa, ser conforme à justiça ou à moral."

As letras B, C e D estão incorretas. Embora traga que tais elementos possam ter alguma relação com o direito, não os coloca como vetores de ligação entre a moral e o direito.

QUESTÃO 10. “Mas a disciplina traz consigo uma maneira específica de punir, e que é apenas um modelo reduzido do tribunal. O que pertence à penalidade disciplinar é a inobservância, tudo o que está inadequado à regra, tudo que se afasta dela, os desvios.” Michael Foucault

Foucault, em seu livro Vigiar e Punir, fala do poder disciplinar que recai sobre os corpos dos indivíduos e, também, dos castigos disciplinares que resultam de uma lei, um programa ou um regulamento.

Assinale a opção que, segundo o autor da obra de referência, apresenta a função do castigo disciplinar.

- (A) Reduzir os desvios, funcionando, portanto, como algo essencialmente corretivo.**
- (B) Coibir a ocorrência de crime, de modo a evitar a ocorrência de atos ilícitos.**
- (C) Expiar a culpa de ter se afastado da norma, de forma a produzir arrependimento.**
- (D) Indenizar a vítima da conduta indisciplinada, como forma de reparação de um dano.**

Comentários

A resposta correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O castigo disciplinar, nesse contexto, tem como função principal corrigir, adestrar e normalizar os indivíduos, a fim de torná-los obedientes, produtivos e conformes às normas estabelecidas pelo poder. Ele funciona como uma forma de controle social que atua sobre os corpos, regulando suas atividades, suas condutas e seus movimentos.

A alternativa B está incorreta. O conceito de castigo disciplinar não se concentra especificamente na função de coibir a ocorrência de crimes. Foucault argumenta que o poder disciplinar não está centralizado no objetivo de prevenir ou deter a criminalidade, mas sim em disciplinar os corpos dos indivíduos e moldar seu comportamento de acordo com as normas estabelecidas pelo poder.

A alternativa C está incorreta. A noção de expiação da culpa e o arrependimento estão mais associados a perspectivas de justiça retributiva ou a concepções religiosas e morais de punição, em que o objetivo é a reparação moral ou espiritual. No entanto, é importante destacar que Foucault critica a ideia de punição retributiva e de um sistema de justiça que busca apenas a expiação da culpa ou o arrependimento como objetivo central.

A alternativa D está incorreta. A ideia de indenização à vítima como forma de reparação de danos está mais relacionada a perspectivas de justiça compensatória ou reparadora, que buscam restaurar o equilíbrio por meio de medidas reparatórias para a vítima. Foucault critica a ideia de que a punição deva se limitar a um sistema de retribuição ou compensação, destacando que o poder disciplinar não está centralmente preocupado com a reparação de danos.

QUESTÃO 11. José foi eleito deputado estadual por determinado Estado da Federação. Uma semana após a sua posse e fora do recinto da Assembleia Legislativa do seu respectivo Estado, o deputado encontra João, candidato não eleito e seu principal opositor durante a campanha eleitoral, vindo a agredi-lo, causando-lhe lesões corporais gravíssimas, cuja persecução em juízo é iniciada mediante denúncia oferecida pelo Ministério Público.

Diante de tal contexto, levando em consideração as imunidades do parlamentar estadual, de acordo com o Direito Constitucional brasileiro, assinale a opção correta.

- a) Em relação à imunidade formal de processo, recebida a denúncia oferecida contra o deputado estadual José, por crime cometido após a posse, a Casa legislativa a que pertence o parlamentar denunciado poderá apenas sustar a tramitação da ação penal.**
- b) Por gozar da mesma imunidade material (inviolabilidade parlamentar) de deputados federais e senadores, o deputado estadual José não poderá ser responsabilizado por qualquer tipo de crime praticado durante o seu mandato eletivo.**
- c) Em relação à imunidade formal de processo, o deputado estadual José está sujeito a julgamento judicial pelo crime comum cometido, desde que a análise da denúncia oferecida contra ele seja autorizada pela respectiva casa legislativa.**
- d) Por não possuir as mesmas imunidades formais de deputados federais e senadores, mas apenas a imunidade material relativa aos atos praticados em razão do seu mandato, o deputado estadual José**

será julgado pelo crime comum cometido, não sendo possível que seja sustada a tramitação da ação penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

Conforme dispõe o art. 53, § 3º, da Constituição Federal “Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação”.

Por outro lado, o art. 27, § 1º, da Constituição Federal dispõe que “Será de quatro anos o mandato dos Deputados Estaduais, aplicando-se-lhes as regras desta Constituição sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas”.

Portanto, a interpretação que se faz é a de que é possível a aplicação da imunidade formal de processo ao parlamentar estadual, para que ação penal possa ser sustada, conforme deliberação da sua respectiva Casa Legislativa.

Deste modo, a alternativa A está correta.

A alternativa B está incorreta, pois a imunidade material do parlamentar lhe garante a inviolabilidade, civil e penal, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos no exercício da sua função ou a pretexto dela (art. 53 da Constituição Federal), o que não se confunde com um salvo conduto para a prática de qualquer crime.

A alternativa C está incorreta, pois a Casa Legislativa não faz qualquer juízo de admissibilidade da denúncia, apenas poderá sustar o andamento da ação penal.

A alternativa D está incorreta, pois o parlamentar estadual possui fim as imunidades formais conferidas aos parlamentares federais e, portanto, é possível que a ação penal seja sustada, conforme comentário da alternativa A.

QUESTÃO 12. O Presidente da República Federativa do Brasil, após ouvir os Conselhos da República e de Defesa Nacional, decretou estado de defesa em parte da Região Centro-Oeste do país, que fora atingida por calamidade natural de grandes proporções. O Congresso Nacional, 12 horas após a veiculação do decreto presidencial, tomou ciência da justificativa que levou o Presidente a decretar o estado de defesa.

Sobre a hipótese, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- a) O procedimento apresenta uma inconstitucionalidade formal, pois a decretação do estado de defesa exige aprovação prévia das razões do ato pelo Congresso Nacional.**
- b) O decreto presidencial encontra-se formalmente correto, pois, diferentemente do estado de sítio, o estado de defesa dispensa qualquer manifestação, prévia ou a posteriori, do Congresso Nacional.**
- c) O ato de decretação somente poderia passar a vigorar na região apontada após prévia normatização por meio de decreto legislativo elaborado exclusivamente pelo Congresso Nacional.**
- d) O procedimento utilizado pelo Presidente da República converge com aquele que é constitucionalmente exigido, já que a decretação do estado de defesa não exige aprovação prévia do Congresso Nacional.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O art. 49, IV, da Constituição Federal dispõe que: “art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: [...] IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas”. Já o art. 136, §§ 4º e 6º, da Constituição Federal dispõe que: “art. 136 [...] § 4º Decretado

o estado de defesa ou sua prorrogação, o Presidente da República, dentro de vinte e quatro horas, submeterá o ato com a respectiva justificação ao Congresso Nacional, que decidirá por maioria absoluta. [...] § 6º O Congresso Nacional apreciará o decreto dentro de dez dias contados de seu recebimento, devendo continuar funcionando enquanto vigorar o estado de defesa”.

Portanto, verifica-se que o procedimento seguido está de acordo com o texto constitucional, razão pela qual a alternativa D está correta.

A alternativa A está incorreta, pois o estado de defesa não exige aprovação prévia do Congresso Nacional, ao contrário do que ocorre com o estado de sítio, conforme art. 137 da Constituição Federal (não confundir!).

A alternativa B está incorreta, pois embora não precise de autorização prévia, o estado de defesa exige a manifestação posterior do Congresso Nacional, que poderá rejeitar ou manter do decreto do estado de defesa, conforme art. 136, §§ 4º e 7º, da Constituição Federal

A alternativa C está incorreta, pois não é da competência do Congresso Nacional normatizar ou elaborar o decreto de estado de defesa, mas tão somente apreciá-lo após a sua edição pelo Presidente da República, conforme o comentário realizado à alternativa A.

QUESTÃO 13. Com grande adesão da população, o prefeito do Município Delta, situado no Estado-membro Alfa, declarou a independência do território municipal, criando um novo país.

Assustado com a rapidez do processo, o Presidente da República, após ouvir o Conselho de Defesa Nacional, sem perda de tempo, decidiu decretar a intervenção federal no Município. Ato contínuo, submeteu o decreto ao Congresso Nacional, que o aprovou, também de forma célere, por unanimidade.

Sobre o decreto interventivo federal, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, assinale a afirmativa correta.

a) A Constituição da República de 1988 veda, de forma cabal, o direito de secessão, sendo o decreto constitucional.

b) O ato de insurreição traz consigo grave comprometimento à ordem pública, o que aponta para a constitucionalidade do decreto.

c) Como Delta está situado em um Estado-membro, não há previsão constitucional para a decretação de intervenção federal.

d) O fato de a decisão presidencial não ter sido antecedida de requisição pelo Supremo Tribunal Federal indica a invalidade do decreto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A explicação é muito simples. O texto constitucional em seu art. 35 traz hipóteses taxativas e excepcionais em que a União poderá intervir nos Estados ou no Distrito Federal e o art. 36 traz hipóteses em que os Estados poderão intervir nos Municípios, contudo, não existe nenhuma hipótese constitucional que possibilite a intervenção da União em Municípios.

O STF possui jurisprudência pacífica neste sentido, sendo importante a menção e um antigo, porém elucidativo julgado da Corte: "Impossibilidade de decretação de intervenção federal em município localizado em estado-membro — Os municípios situados no âmbito dos estados-membros não se expõem à possibilidade constitucional de sofrerem intervenção decretada pela União federal, eis que, relativamente a esses entes municipais, a única pessoa política ativamente legitimada a neles intervir é o estado-membro [...] Por isso mesmo, no sistema constitucional brasileiro, falece legitimidade ativa à União federal para intervir em quaisquer municípios, ressalvados, unicamente, os municípios 'localizados em território federal...' (CF, art. 35, caput)" (STF IF 590 — Tribunal Pleno. QO/CE — Relator Ministro Celso de Mello, julgado em 17/9/1998 e publicado em 9/10/1998).

A alternativa A está incorreta, pois muito embora haja, de fato, vedação à secessão está prevista no art. 1º da Constituição Federal ao tratar que a “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal [...]”, não é possível a intervenção da União diretamente no Município por ausência de fundamento constitucional para tanto, conforme comentários a alternativa C.

A alternativa B está incorreta, pois eventual “grave comprometimento à ordem pública”, não torna a intervenção da União no Município constitucional, conforme comentário à alternativa C.

A alternativa D está incorreta, vide comentários a alternativa C.

QUESTÃO 14. Preocupado com a qualidade da educação básica ofertada pela rede de ensino municipal do Município Teta, o prefeito da cidade pretende apresentar projeto de lei à Câmara Municipal, no qual uma série de melhorias está prevista. No entanto, ciente da ausência de recursos orçamentários e financeiros para efetivar o que está previsto no projeto, o Prefeito levantou a hipótese de criar uma taxa de serviço, que seria paga por aqueles que viessem a se utilizar dos serviços municipais de educação básica (ensinos fundamental e médio) em seus estabelecimentos oficiais.

Antes de enviar o projeto de lei, o Prefeito consultou sua assessoria sobre a conformidade constitucional do projeto, sendo-lhe corretamente informado que a cobrança da referida taxa

a) caracterizaria efetiva violação à ordem constitucional, posto ser o acesso gratuito à educação básica um direito subjetivo de todos.

b) poderia ser exigida, contanto que o valor cobrado como contraprestação pelo serviço de educação não afrontasse o princípio da proporcionalidade.

c) apenas poderia ser exigida daqueles que não conseguissem comprovar, nos termos legalmente estabelecidos, a hipossuficiência econômica.

d) poderia ser exigida dos estudantes do ensino médio, mas não dos estudantes do ensino fundamental, aos quais a ordem constitucional assegura a gratuidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

O acesso gratuito ao ensino público é um princípio em estabelecimentos oficiais é um princípio que norteia o direito à educação, conforme dispõe expressamente o art. 206, IV, da Constituição Federal: “Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”.

Aliás, “O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo” conforme redação expressa do art. 208, § 1º, da Constituição Federal.

O texto constitucional não exige prova da hipossuficiência econômica e, aliás, dispõe expressamente no art. 208, II, que “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] II - progressiva universalização do ensino médio gratuito”.

Deste modo, claramente a instituição de taxa a ser paga pelos usuários afronta a garantia do acesso gratuito à educação, razão pela qual a alternativa A está correta.

As alternativas B, C e D estão incorretas, conforme o comentário da alternativa A.

QUESTÃO 15. A Lei nº VVY do Município Alfa revogou o adicional por tempo de serviços (ATS), abolindo-o por inteiro com efeitos retroativos absolutos. Além disso, estabeleceu as regras para que os servidores não só deixassem de receber o referido adicional, como também para que devolvessem todas as quantias por eles recebidas a título de ATS.

A medida foi justificada sob o argumento de que haveria significativa economia das despesas públicas e, por isso, seria possível o aumento nos investimentos em saúde e em educação. Os servidores, por sua vez, alegaram clara violação ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito em relação à determinação de devolução dos valores já recebidos.

Sobre a questão em discussão, segundo o sistema jurídico-constitucional, assinale a afirmativa correta.

- a) A Lei n° YYY apresenta indiscutível interesse público, portanto, à retroatividade absoluta é válida, encontrando-se de acordo com o que determina o sistema jurídico-constitucional.
- b) A garantia ao direito adquirido não se aplica às normas municipais, que podem, por razões econômicas, produzir efeitos retroativos.
- c) A retroatividade absoluta da Lei n° VVY fere o texto constitucional, pois afeta situações já constituídas e exauridas em momento pretérito.
- d) O direito adquirido, por determinação constitucional expressa, pode ser desconsiderado nas situações em que o seu reconhecimento inviabilize políticas públicas nas áreas de educação e saúde.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal dispõe que “a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada” e tais elementos mencionados na norma constituem garantias fundamentais do cidadão e mecanismo de proteção das relações sociais contra a insegurança jurídica.

Na situação trazida pelo enunciado, não é possível que sejam aplicados efeitos retroativos absolutos à norma revogadora, ainda que sob a mais louvável das justificativas, uma vez que isto violaria frontalmente a Constituição Federal, em especial o direito adquirido pelos servidores, que inclusive, receberam as verbas de boa-fé, com base em legislação vigente à época de sua percepção.

A garantia do direito adquirido é oponível a todos os entes federados (inclusive aos Municípios) e não comporta exceções casuísticas, de modo que a única alternativa correta é a letra C.

As alternativas A, B e D estão incorretas, conforme o comentário da alternativa C.

QUESTÃO 16. O Procurador-Geral da República, preocupado com o grande número de decisões judiciais divergentes, em âmbito nacional, referentes à possível inconstitucionalidade da Lei Federal n° XX/2021, ajuizou, perante o Supremo Tribunal Federal (STF), uma Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) visando a elidir a controvérsia judicial. Em março de 2022, no julgamento do mérito, o STF decidiu pela improcedência da ADC referente à Lei Federal n° XX/2021.

No entanto, você, na qualidade de advogado(a) de uma determinada causa, deparou-se com a seguinte situação: em desfavor do seu cliente, o Tribunal Regional Federal (TRF) competente, mantendo decisão proferida pelo Juiz Federal responsável pelo caso, deu aplicação à Lei Federal n° XX/21 que já fora objeto de ADC, apreciada pelo STF em março de 2022.

Diante de tal contexto, assinale a opção que apresenta a medida judicial a ser utilizada para preservar, de forma eficiente e célere, o interesse do seu cliente na causa.

- a) Formular representação ao Procurador-Geral da República, para que seja deflagrado um novo processo objetivo perante o STF para retirar a Lei Federal n° XX/21 do mundo jurídico.
- b) Interpor recurso especial perante o STF, com fundamento em violação de dispositivo constitucional.
- c) Ajuizar reclamação perante o STF em relação à decisão proferida pelo TRF.
- d) Formular representação ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para que seja deflagrado um processo administrativo disciplinar contra os magistrados do TRF.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

O art. 102, I, “I”, da Constituição Federal dispõe: “Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: [...] I) a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões”. Já o CPC dispõe especificamente no art. 988, IV, que: “Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para: [...] III – garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade”.

O desrespeito do TRF à decisão proferida em julgamento da ADC, ação de controle abstrato e concentrado de constitucionalidade, pelo STF, enseja o manejo da reclamação perante a Corte, razão pela qual é correta a alternativa C.

A alternativa A está incorreta, pois é absolutamente desnecessário o ajuizamento de uma nova ação de controle concentrado de constitucionalidade, tendo em vista o caráter dúplice (ou ambivalente) das ações de controle concentrado de constitucionalidade, inclusive a ADC, isto é, em que a procedência ou improcedência do pedido do autor, ensejará a declaração da constitucionalidade ou inconstitucionalidade da norma impugnada, fazendo, portanto, coisa julgada material sobre o tema.

A alternativa B está incorreta e é uma grande “pegadinha”. O recurso especial (REsp) não é de competência do STF, mas sim do STJ (art. 105, III, da Constituição Federal). Lembre-se que o STF julga o recurso extraordinário (RE ou REExt).

A alternativa D está incorreta, pois ao CNJ compete realizar o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes (art. 103-B, § 4º, da Constituição Federal), não sendo sua atribuição a deflagração de processos administrativos para a punição de magistrados em sede de controle da atividade judicante, até porque ao CNJ compete, dentre outros deveres constitucionais, zelar pela autonomia do Poder Judiciário (art. 103-B, § 4º, I, da Constituição Federal).

QUESTÃO 17. Numa acirrada disputa eleitoral pelo governo municipal de sua cidade, o prefeito atual e candidato à reeleição, divulgou, por meio do site da Prefeitura, informações inexatas e ofensivas contra o candidato da oposição.

Esse candidato o(a) procurou, por saber de sua atuação como advogado(a) em defesa dos Direitos Humanos, e disse que, amparado na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, queria o direito de resposta na rádio local.

Sobre a hipótese narrada, cabe a você esclarecer que a Convenção assegura

- a) plenamente o direito à resposta, que deve ocorrer no órgão de difusão da escolha do ofendido.**
- b) o direito de resposta e determina que ele aconteça no órgão de difusão que tenha a capacidade de alcançar o maior número de pessoas.**
- c) o direito à resposta e determina que ela deve ser feita no mesmo órgão de difusão em que ocorreu a divulgação das informações inexatas e ofensivas.**
- d) o direito de resposta, mas estabelece como condição a apreciação judicial e o encerramento da lide em última instância.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**, de acordo com o gabarito preliminar, mas a questão é **passível de recurso**, pois a **letra D também é correta**.

A alternativa A está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa C.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 14. 1 Convenção Americana sobre Direitos Humanos – CADH: “Toda pessoa atingida por informações inexatas ou ofensivas emitidas em seu prejuízo por meios de difusão legalmente regulamentados e que se dirijam ao público em geral, tem direito a fazer, pelo mesmo órgão de difusão, sua retificação ou resposta, nas condições que estabeleça a lei.”

A alternativa D está correta, o que gera a possibilidade de recurso nesta questão por duplo gabarito. Isso porque a Convenção Americana sobre Direitos Humanos – CADH assegura o direito de resposta, mas para que o candidato possa exercê-lo na esfera internacional, deverá ser esgotada a via interna, ou seja, deverá ser promovida ação e exauridas as possibilidades de recursos. Nesse sentido, o art. 46, alínea “a”, da CADH: “Artigo 46 - Para que uma petição ou comunicação apresentada de acordo com os artigos 44 ou 45 seja admitida pela Comissão, será necessário: a) que hajam sido interpostos e esgotados os recursos da jurisdição interna, de acordo com os princípios de Direito Internacional geralmente reconhecidos.”

Além disso, não restou configurada nenhuma situação excepcional do art. 46.2, da CADH, no enunciado da questão: “2. As disposições das alíneas “a” e “b” do inciso 1 deste artigo não se aplicarão quando: a) não existir, na legislação interna do Estado de que se tratar, o devido processo legal para a proteção do direito ou direitos que se alegue tenham sido violados; b) não se houver permitido ao presumido prejudicado em seus direitos o acesso aos recursos da jurisdição interna, ou houver sido ele impedido de esgotá-los; e c) houver demora injustificada na decisão sobre os mencionados recursos.”

QUESTÃO 18. Considere a hipótese de ter sido decretado Estado de Emergência no país, implicando a suspensão de garantias judiciais, como o habeas corpus. Argumentando a favor desse Decreto, o Governo alega que a própria Convenção Americana de Direitos Humanos prevê, em seu Art. 27, a suspensão de garantias.

Como advogada(o) que atua na defesa dos Direitos Humanos, de acordo com as importantes Opiniões Consultivas OC-08/87 e OC 09/87 da Corte Interamericana de Direitos Humanos, você deve esclarecer que

a) uma vez que tais garantias judiciais não estejam previstas entre os direitos ressaltados expressamente no Art. 27.2 da Convenção, elas podem ser suspensas.

b) pode haver a suspensão de tais garantias, inclusive do habeas corpus em situações de estado de emergência, como o Estado de Defesa, desde que isso seja decidido pelo Poder Executivo e confirmado pelo Poder Judiciário.

c) as garantias judiciais, como o habeas corpus, não podem ser canceladas ou descontinuadas, pois visam à proteção dos direitos essenciais que, segundo o art. 27.2 da Convenção, não podem ser suspensos.

d) em situações de emergência, como o Estado de Defesa, tendo em vista a proteção da soberania nacional, pode haver a suspensão de alguns direitos e garantias, dentre eles o direito ao habeas corpus.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Embora o art. 27. 1, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos – CADH, preveja a suspensão das garantias, o art. 27.2, da CADH, elenca garantias que não podem ser suspensas: “A disposição precedente não autoriza a suspensão dos direitos determinados nos seguintes artigos: 3 (Direito ao Reconhecimento da Personalidade Jurídica), 4 (Direito à vida), 5 (Direito à Integridade Pessoal), 6 (Proibição da Escravidão e Servidão), 9 (Princípio da Legalidade e da Retroatividade), 12 (Liberdade de Consciência e de Religião), 17 (Proteção da Família), 18 (Direito ao Nome), 19 (Direitos da Criança), 20 (Direito à Nacionalidade) e 23 (Direitos Políticos), nem das garantias indispensáveis para a proteção de tais direitos.”

Além disso, de acordo com as Opiniões Consultivas 08/97 e 09/97 restou definido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos que “os procedimentos legais previstos nos artigos 25.1 e 7.6 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos não podem ser suspensos, de acordo com o artigo 27.2 do mesmo, porque constituem

garantias judiciais indispensáveis para proteger direitos e liberdades que não podem ser suspensos de acordo com a mesma disposição” e que “devem ser consideradas como garantias judiciais indispensáveis e insuscetíveis de suspensão, conforme estabelecido no artigo 27.2 do Convenção, o habeas corpus (art. 7.6), amparo, ou qualquer outro recurso eficaz perante os juízes ou tribunais competentes (art. 25.1), destinados a garantir o respeito aos direitos e liberdades cuja suspensão não seja autorizada pelo mesmo Convenção” (tradução livre).

Logo, as alternativas A, B e D estão incorretas.

QUESTÃO 19. No ano anterior à realização de eleições para cargos eletivos federais e estaduais, os dirigentes dos partidos políticos Alfa e Gama iniciaram tratativas para se aliançarem, tanto nas eleições majoritárias como nas proporcionais, mas havia dúvida em relação ao modelo a ser utilizado.

Após consultarem a legislação de regência, concluíram corretamente que deveriam formar

(A) coligação, que se extinguirá ao fim do prazo para o ajuizamento da ação de impugnação de mandato eletivo.

(B) gestão colegiada, somente utilizada nas eleições proporcionais, que deve perdurar até o fim do prazo do mandato eletivo obtido.

(C) ajuntamento partidário, que se extinguirá após a diplomação dos eleitos.

(D) federação, sendo que os partidos devem permanecer filiados por no mínimo quatro anos, contados da data do respectivo ingresso

Comentários

A resposta correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Coligações não podem ser formadas para eleições proporcionais, apenas para eleição majoritária, conforme artigo 6º da Lei 9.504/97: "É facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária".

As letras B e C estão incorretas. As alternativas trazem nomenclaturas, gestão colegiada e ajuntamento partidário, que não têm correspondência e regramento específico na legislação eleitoral brasileira.

A letra D está correta. A Federação de partidos cumpre a finalidade pretendida e a alternativa se mostra em consonância com o artigo 11-A da Lei 9.096/95: "Art. 11-A. Dois ou mais partidos políticos poderão reunir-se em federação, a qual, após sua constituição e respectivo registro perante o Tribunal Superior Eleitoral, atuará como se fosse uma única agremiação partidária. §3º A criação de federação obedecerá às seguintes regras: II os partidos reunidos em federação deverão permanecer a ela filiados por, no mínimo, 4 (quatro) anos".

QUESTÃO 20 - Helena, filiada ao partido político Beta e candidata ao cargo de governadora do Estado Alfa, consultou seu advogado a respeito da composição dos gastos de campanha, mais especificamente se o pagamento de honorários em razão da prestação de serviços advocatícios, no curso e em razão da campanha eleitoral, teria essa natureza jurídica.

A assessoria respondeu, corretamente, que os referidos honorários

(A) estão incluídos no limite de gastos de campanha, sendo tidos como despesas eleitorais.

(B) são considerados gastos eleitorais e não estão incluídos no limite de gastos de campanha.

(C) pela sua essência alimentar, não têm correlação com os gastos eleitorais, o que afasta a possibilidade de serem enquadrados em qualquer limitador de despesas.

D) podem ser considerados gastos eleitorais, caso o candidato assim os declare, e estão incluídos no limite de gastos de campanha.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta e a alternativa B está correta. Os gastos com honorários advocatícios são considerados como gastos eleitorais, contudo não são sujeitos a limites, conforme artigo 18-A, parágrafo único, da lei 9.504/97: "Art. 18-A. Serão contabilizadas nos limites de gastos de cada campanha as despesas efetuadas pelos candidatos e as efetuadas pelos partidos que puderem ser individualizadas. Parágrafo único. Para fins do disposto no caput deste artigo, os gastos advocatícios e de contabilidade referentes a consultoria, assessoria e honorários, relacionados à prestação de serviços em campanhas eleitorais e em favor destas, bem como em processo judicial decorrente de defesa de interesses de candidato ou partido político, não estão sujeitos a limites de gastos ou a limites que possam impor dificuldade ao exercício da ampla defesa".

A letra C está incorreta. A sua desvinculação com a limitação de gastos não decorre de seu caráter alimentar, mas pela garantia ao exercício da ampla defesa, conforme artigo acima mencionado.

A letra D está incorreta. Conforme comentado acima, são considerados gastos eleitorais, contudo não estão sujeitos ao limite de gastos com a campanha.

QUESTÃO 21. Um brasileiro teve seu pedido de visto de trabalho negado por uma representação consular de Estado estrangeiro. Inconformado, consultou você, como advogado (a), para a adoção das providências cabíveis no Brasil.

Após a avaliação do caso, você concluiu que

- a) nenhuma medida judicial é cabível.**
- b) deve ser proposto mandado de segurança perante a Justiça Federal.**
- c) cabe reclamação trabalhista perante a Justiça do Trabalho.**
- d) deve ser proposta ação condenatória por obrigação de fazer, perante o Tribunal de Justiça competente.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois a concessão de visto é uma decisão discricionária da autoridade consular de um país. Ressalte-se, ainda, que o funcionário consular, no exercício de sua função (no que se inclui a concessão ou não de um visto de trabalho), goza de imunidade de jurisdição, conforme previsto na Convenção de Viena sobre relações consulares (1963): "Art. 43.1. Os funcionários consulares e os empregados consulares não estão sujeitos à Jurisdição das autoridades judiciárias e administrativas do Estado receptor pelos atos realizados no exercício das funções consulares".

As alternativas B, C e D estão incorretas de acordo com o fundamento exposto na alternativa A.

QUESTÃO 22. O cidadão francês Pierre Renoir, residente e domiciliado em Portugal, foi casado com uma espanhola, com quem teve dois filhos nascidos na Alemanha. Pierre faleceu em 2022 e deixou como herança um apartamento no Brasil, onde viveu durante a fase universitária.

Nesta hipótese, à sucessão do bem será aplicada a lei

- a) francesa.**
- b) portuguesa.**
- c) brasileira.**
- d) alemã.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 10, caput, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB): “A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens”.

As alternativas A, C e D estão incorretas, de acordo com o fundamento exposto na alternativa B.

QUESTÃO 23. João ganhou uma ação movida em face do Estado Gama, na qual este foi condenado a pagar o equivalente a 30 salários mínimos a título de danos morais pelo uso indevido de sua imagem em uma publicidade institucional do governo estadual. A ação transitou em julgado em 15 de julho de 2022. Seu advogado verifica que não há legislação específica estadual acerca de prazos e limites de valores sobre pagamentos pela Fazenda Pública em caso de condenação judicial. Diante desse cenário, e à luz da Constituição Federal de 1988, João receberá o valor a que tem direito

a) por meio de precatório alimentar, que tem prioridade em relação aos demais, dentro do próprio ano do trânsito em julgado.

b) por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV).

c) por meio de precatório comum, a ser pago no ano seguinte ao do trânsito em julgado da condenação judicial.

d) em dinheiro, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da intimação da Fazenda Pública do trânsito em julgado da ação, através de transferência bancária entre a instituição financeira que administra o tesouro estadual e o banco em que João tem sua conta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois o valor de 30 salários mínimos não se enquadra em hipótese de pagamento via precatório, mas sim por meio de RPV. Sobre o tema, o art. 87, do ADCT, assim orienta: “Para efeito do que dispõem o § 3º do art. 100 da Constituição Federal e o art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias serão considerados de pequeno valor, até que se dê a publicação oficial das respectivas leis definidoras pelos entes da Federação, observado o disposto no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, os débitos ou obrigações consignados em precatório judiciário, que tenham valor igual ou inferior a: I - quarenta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Estados e do Distrito Federal;”

A alternativa B está correta. O caso apresentado ao dispor sobre condenação no valor de 30 salários mínimos configura hipótese de pagamento por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV). Tal compreensão possui fundamento no §3º e §4º do art. 100 da CRFB c/c o inciso I do art. 87 do ADCT. Vejamos: “Art. 100. § 3º O disposto no caput deste artigo relativamente à expedição de precatórios não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado. Para os fins do disposto no § 3º, poderão ser fixados, por leis próprias, valores distintos às entidades de direito público, segundo as diferentes capacidades econômicas, sendo o mínimo igual ao valor do maior benefício do regime geral de previdência social.” “Art. 87. Para efeito do que dispõem o § 3º do art. 100 da Constituição Federal e o art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias serão considerados de pequeno valor, até que se dê a publicação oficial das respectivas leis definidoras pelos entes da Federação, observado o disposto no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, os débitos ou obrigações consignados em precatório judiciário, que tenham valor igual ou inferior a: I - quarenta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Estados e do Distrito Federal;”

A alternativa C está incorreta, uma vez que o valor de 30 salários mínimos não se enquadra na modalidade de pagamento via precatório, mas sim da Requisição de Pequeno Valor (RPV). Sobre o tema, o art. 87, do ADCT, assim orienta: “Para efeito do que dispõem o § 3º do art. 100 da Constituição Federal e o art. 78 deste Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias serão considerados de pequeno valor, até que se dê a publicação oficial das respectivas leis definidoras pelos entes da Federação, observado o disposto no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, os débitos ou obrigações consignados em precatório judiciário, que tenham valor igual ou inferior a: I - quarenta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Estados e do Distrito Federal;”

A alternativa D está incorreta. No caso em tela deve ser adotado o pagamento por meio de Requisição de Pequeno Valor (RPV), já que o valor se enquadra no inciso I do art. 78 do ADCT, que assim orienta: “Para efeito do que dispõem o § 3º do art. 100 da Constituição Federal e o art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias serão considerados de pequeno valor, até que se dê a publicação oficial das respectivas leis definidoras pelos entes da Federação, observado o disposto no § 4º do art. 100 da Constituição Federal, os débitos ou obrigações consignados em precatório judiciário, que tenham valor igual ou inferior a: I - quarenta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Estados e do Distrito Federal;”

QUESTÃO 24 O Presidente da República está elaborando projeto de lei que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

a) A matéria tratada em tal projeto de lei objetiva instituir a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a qual deve ser aprovada por quórum de maioria simples no Congresso Nacional.

b) Tal projeto versa sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias e se submete à reserva de lei complementar.

c) Embora institua o Plano Plurianual, tal projeto de lei necessita ser aprovado por quórum de maioria absoluta no Congresso Nacional.

d) Trata-se de projeto de lei que institui o Plano Plurianual, a ser veiculado por meio de lei ordinária.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois o enunciado trata do Plano Plurianual, e não da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nesse sentido, o § 1º do art. 165 da CF/88: “Art. 165. § 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

A alternativa B está incorreta, uma vez que a questão se refere ao Plano Plurianual (PPA), e não à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Nesse sentido, o § 1º do art. 165 da CF/88: “Art. 165. § 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.” Ademais, o PPA não configura matéria reservada à lei complementar, devendo ser aplicada a regra geral do art. 47 da Constituição Federal: “Art. 47. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros”.

A alternativa C está incorreta. A questão se refere ao Plano Plurianual (PPA). É o que se depreende da leitura do § 1º do art. 165 da CF/88. Vejamos: “Art. 165. § 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”. Entretanto, o PPA não configura matéria reservada à lei complementar, devendo ser aplicada a regra geral do art. 47 da Constituição Federal: “Art. 47. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros”. Em complemento, o teor do art. 69 da CF/88: “Art. 69. As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.”

A alternativa D está correta, uma vez que a questão se refere ao Plano Plurianual (PPA). É o que se depreende da leitura do § 1º do art. 165 da CF/88. Vejamos: “Art. 165. § 1º A lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada”. Ademais, o PPA não configura matéria reservada à lei complementar, devendo ser aplicada a regra geral do art. 47 da Constituição Federal que trata das leis ordinárias: “Art. 47. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros”.

QUESTÃO 25. Em dezembro de 2022, um decreto do prefeito do Município Alfa atualizou o valor do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), a contar de 1º de janeiro de 2023, atendo-se à aplicação de índice oficial de atualização monetária.

Além disso, neste mesmo decreto, acompanhado da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, estabeleceu-se, também a contar de 1º de janeiro de 2023, a isenção do IPTU para os imóveis localizados no Centro da cidade que fossem destinados exclusivamente para moradia, visando a diversificar a ocupação naquele local e dar efetividade ao princípio da função social da propriedade.

Diante deste cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) Tal decreto poderia ser usado apenas para atualizar o valor do IPTU.**
- b) A concessão de tal isenção, por ter base na função social da propriedade, poderia ser feita por meio de decreto.**
- c) Embora possa ser usado tanto para a atualização deste valor do IPTU como para a concessão deste tipo de isenção, tal decreto violou o princípio da anterioridade tributária nonagesimal.**
- d) Este decreto não é instrumento normativo hábil seja para a atualização deste valor do IPTU, seja para a concessão deste tipo de isenção.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Correta a utilização de decreto para atualizar o valor do imposto, atendo-se à aplicação de índice oficial de atualização monetária, vez que tal atualização não é considerada majoração. Nesse sentido dispõe o CTN: Art. 97. Somente a lei pode estabelecer: II - a majoração de tributos, ou sua redução, ressalvado o disposto nos artigos 21, 26, 39, 57 e 65; § 2º Não constitui majoração de tributo, para os fins do disposto no inciso II deste artigo, a atualização do valor monetário da respectiva base de cálculo.

Interessante, ainda, pontuar que o limite apresentado na questão está dentro dos parâmetros aceitos pelo STJ, que limita a utilização de decreto comente na atualização em percentual superior ao índice oficial de correção. Nesse sentido, verifica-se o entendimento sumulado: Súmula nº 160 do STJ - É defeso, ao Município, atualizar o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária.

A alternativa B está incorreta. Não é possível conceder isenção de tributo por meio de decreto, sendo necessária a edição de lei específica para tanto. Nesse sentido, verifica-se o art. 150, § 6º da Constituição: Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: § 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedido mediante lei específica, federal, estadual ou municipal, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g.

A alternativa C está incorreta. Conforme explicado na assertiva B somente lei específica pode conceder isenção, não sendo possível a concessão do benefício por meio de decreto.

A alternativa D está incorreta. Conforme explicado na assertiva A, a atualização do valor do IPTU, respeitado o índice oficial de correção monetária, pode ser feita mediante decreto.

QUESTÃO 26. O Estado Alfa alterou, por meio de lei, a contribuição social para custeio do regime próprio de previdência social, cobrada dos seus servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.

José e Márcio são servidores públicos do mesmo órgão estadual, ganhando cada um, respectivamente, a remuneração mensal de 15 mil reais e 10 mil reais.

José, ao notar que a alíquota incidente sobre sua remuneração era de 16,5%, ao passo que para Márcio a alíquota era de 14,5%, ficou indignado e, em relação a essa situação diferenciada, resolve contratar você, como advogado(a), para um eventual questionamento judicial.

A respeito da posição de José, assinale a afirmativa correta.

a) Nenhum tributo incidente sobre a renda ou proventos poderá ter alíquotas progressivas, sob pena de violar a capacidade contributiva.

b) É vedada a adoção de alíquotas progressivas para esta espécie de contribuição social, em respeito ao princípio da capacidade contributiva.

c) A progressividade tributária deve ser obrigatoriamente adotada para todos os tributos estaduais, nos termos da CRFB/88, garantindo-se efetividade ao princípio da capacidade contributiva.

d) Esta espécie de contribuição social poderá ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta. Existe previsão constitucional expressa que permite aos Estados-membros realizar a cobrança das contribuições por meio de alíquota progressiva de acordo com o valor utilizado para base da contribuição. In verbis o dispositivo constitucional: Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo. § 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, por meio de lei, contribuições para custeio de regime próprio de previdência social, cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas, que poderão ter alíquotas progressivas de acordo com o valor da base de contribuição ou dos proventos de aposentadoria e de pensões.

A alternativa A está incorreta. A alíquota progressiva privilegia a verificação da capacidade contributiva, razão pela qual pode ser adotada, conforme verificado na assertiva anterior.

A alternativa B está incorreta. Conforme verificado anteriormente, a própria Constituição possibilita a utilização de alíquotas progressivas para essa contribuição.

A alternativa C está incorreta. Com exceção do ITCMD, os demais tributos estaduais (IPVA e ICMS) não podem ter alíquotas progressivas.

QUESTÃO 27. O Governador do Estado Alfa, diante da grande quantidade de bicicletas elétricas circulando em seu território, e visando aumentar a arrecadação, oficiou à sua Secretaria da Fazenda para adotar alguma forma de cobrança quanto a tais veículos. Esta, por sua vez, orientou seus fiscais a cobrar o imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), aplicando a incidência deste imposto, por analogia, às bicicletas elétricas, ainda que não classificadas como veículos automotores propriamente ditos pela legislação de trânsito pertinente.

O sindicato dos lojistas do setor o(a) consulta, como advogado(a), a respeito desta incidência.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) É válida a exigência deste imposto, uma vez que as bicicletas elétricas se enquadram no conceito de veículo automotor por analogia.**
- b) Está dentro da competência estadual a tributação sobre a propriedade de bicicletas elétricas.**
- c) Tal tributação por analogia envolvendo bicicletas elétricas é vedada no ordenamento jurídico nacional.**
- d) A exigência deste imposto sobre bicicletas elétricas dependeria da edição de um decreto, cuja competência é privativa do Governador.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa C está correta. O próprio enunciado afirma que a bicicleta elétrica ainda não é classificada como veículo automotor, razão pela qual deveria ser aplicado o imposto por analogia. Ocorre que o CTN veda, expressamente, a utilização de analogia que resulte em imposto sem previsão legal. Vejamos: Art. 108. Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada: §1º O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o STF, somente os veículos de circulação terrestres, definidos no Código de Trânsito Brasileiro, se enquadram no conceito de veículo automotor para fins de incidência do IPVA. Conforme verificado anteriormente, a analogia não pode resultar em tributo sem previsão legal.

A alternativa B está incorreta. A competência estadual para criação de imposto se limita ao imposto sobre transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos (ITCMD), imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) e imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior (ICMS). Não sendo possível enquadrar a “propriedade de bicicletas elétricas” em nenhuma das hipóteses mencionadas. E os Estados não têm competência tributária residual para a instituição de novos impostos não previstos na Constituição Federal, nos termos do art. 154, I, da Constituição Federal, uma vez que essa competência residual é privativa da União.

A alternativa D está incorreta. Nos termos verificados anteriormente, é necessária a devida previsão legal, não sendo possível a instituição do imposto por meio de decreto. Ademais, conforme também visto na questão anterior, somente a União detém competência tributária residual.

QUESTÃO 28. A Sociedade Empresária Aguardente 100% Ltda., fabricante de bebidas destiladas, por meio de sua advogada Sophia, protocolou perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, ainda dentro do prazo legal para pagamento, consulta referente à necessidade de recolhimento de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) acerca de operação específica por ela desempenhada.

Escoado o prazo original para pagamento e ainda não decidida a consulta, à luz do Código Tributário Nacional (CTN) assinale a afirmativa correta.

- a) Aguardente 100% Ltda. poderá ter cobrados contra si juros de mora que correm mesmo na pendência da consulta tributária.**
- b) Por ocasião da decisão final da consulta, o Fisco federal poderá impor multa tributária caso a solução de consulta seja contrária aos interesses de Aguardente 100% Ltda.**
- c) A obrigação tributária a ser cumprida por Aguardente 100% Ltda., por ter sido objeto de consulta, não poderá ser acrescida de juros de mora e nem poderá ser imposta multa tributária à empresa.**
- d) Podem ser aplicadas contra Aguardente 100% Ltda. medidas de garantia previstas no CTN ou em lei tributária na pendência da consulta tributária.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa C está correta. A existência de consulta pendente de julgamento, cuja tempestividade foi verificada, afasta a incidência de juros moratórios ou multa tributária. Nesse sentido, dispõe o CTN: Art. 161. O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária. § 2º O disposto neste artigo não se aplica na pendência de consulta formulada pelo devedor dentro do prazo legal para pagamento do crédito.

A alternativa A está incorreta. Conforme explicado, a pendência de consulta tempestiva afasta a incidência de juros de mora.

A alternativa B está incorreta. Conforme explicado, a pendência de consulta tempestiva afasta a possibilidade da penalidade tributária.

A alternativa D está incorreta. Conforme explicado, por ser tempestiva a consulta – formulada dentro do prazo legal de pagamento – não pode ser aplicada nenhuma medida de garantia prevista em legislação tributária.

QUESTÃO 29. A Sociedade Empresária ABC Ltda. adquiriu no exterior um lote de dez mil unidades de um determinado perfume francês. Antes da chegada das mercadorias ao porto, foi publicado no Diário Oficial da União, em 20/04/2023, um decreto editado pelo Poder Executivo Federal majorando imediatamente a alíquota do Imposto sobre a Importação de perfumes de 20% para 30%, prevendo expressamente sua vigência e produção de efeitos a partir da data de sua publicação. Em 30/04/2023, as mercadorias finalmente chegam ao porto no Brasil, devendo agora a empresa realizar o desembaraço aduaneiro.

Preocupada com possível prejuízo decorrente do aumento inesperado do custo da mercadoria devido à elevação do imposto de Importação, a sociedade empresária procura você, como advogado(a), indagando sobre a validade daquele decreto.

Diante deste cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) A elevação desta alíquota por decreto violou o princípio da legalidade tributária.**
- b) O prazo previsto para produção de efeitos da elevação de alíquota violou princípio da anterioridade tributária nonagesimal.**
- c) Embora tal imposto seja classificado como extrafiscal, deve obediência ao princípio da anterioridade tributária anual.**
- d) A majoração dessa alíquota e a sua produção de efeitos imediata são válidas.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta. Inicialmente cumpre apontar que o Imposto sobre Importação não se sujeita à anterioridade anual ou nonagesimal, razão pela qual não existe qualquer óbice para que a alíquota majorada seja aplicada imediatamente, nos termos do art. 150, § 1º, da Constituição Federal. Também por opção do legislador constituinte, tal imposto pode ser a alíquota majorada pelo Poder Executivo, ou seja, por decreto. Assim dispõe o texto constitucional: Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre: I - importação de produtos estrangeiros; § 1º É facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas dos impostos enumerados nos incisos I, II, IV e V.

No que diz respeito ao fato gerador, é primordial frisar que ele não foi verificado com a compra do perfume pela empresa, e sim com a entrada do objeto no território nacional, como pode ser extraído do próprio CTN: Art. 19. O imposto, de competência da União, sobre a importação de produtos estrangeiros tem como fato gerador a entrada destes no território nacional.

E o momento em que ocorre a entrada (momento do fato gerador, cuja legislação que estiver em vigor deve ser aplicada) é o momento do desembaraço aduaneiro, nos termos dos artigos 23 e 44 do Decreto-lei nº 37/1966.

A alternativa A está incorreta. Nos termos abordados anteriormente, a Constituição facultou ao Poder Executivo alterar a alíquota do Imposto sobre Importação, não sendo possível falar em violação à legalidade tributária.

A alternativa B está incorreta. A Constituição excepcionou o Imposto sobre Importação da anterioridade anual e nonagesimal. Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: III - cobrar tributos: b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou c) antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou, observado o disposto na alínea b; § 1º A vedação do inciso III, b, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, IV e V; e 154, II; e a vedação do inciso III, c, não se aplica aos tributos previstos nos arts. 148, I, 153, I, II, III e V; e 154, II, nem à fixação da base de cálculo dos impostos previstos nos arts. 155, III, e 156, I.

A alternativa C está incorreta. Conforme explicado na assertiva anterior.

QUESTÃO 30. Ariquemes é servidor público federal e vem cumprindo diligentemente com as obrigações estabelecidas em lei para obter sua progressão funcional e assim aumentar sua remuneração. Os critérios para tanto estão estabelecidos em lei, são de caráter objetivo, mediante pontuação a ser adquirida pelo servidor, sendo certo que o provimento derivado em questão é ato vinculado.

O mencionado servidor acredita ter cumprido todos os requisitos estabelecidos na aludida lei, mas foi surpreendido com o indeferimento de sua progressão, sob o fundamento de que não alcançou a pontuação necessária.

Em razão disso, com fulcro na Lei nº 12.527/11, Ariquemes pleiteou acesso às informações que levaram a tal conclusão da Administração, que considera flagrantemente equivocada.

Contudo, o fornecimento dos dados foi negado sob o fundamento de que não há interesse público na respectiva divulgação.

Diante dessa situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- a) O preenchimento dos requisitos previstos em lei não confere a Ariquemes o direito subjetivo à progressão almejada.**
- b) As informações pleiteadas constituem atos internos da Administração e, portanto, são informação reservada, protegida por sigilo.**
- c) O fornecimento dos dados pessoais pretendido por Ariquemes submete-se à discricionariedade da Administração, que atuou nos limites da lei.**
- d) Ariquemes tem direito ao acesso a tais dados, considerando que este direito compreende as atividades exercidas pelos órgãos, inclusive as relativas a sua organização e serviços.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois o preenchimento dos requisitos previstos em lei confere ao servidor o direito subjetivo à progressão funcional, conforme o STJ decidiu no REsp 1878849-TO: “É ilegal o ato de não concessão de progressão funcional de servidor público, quando atendidos todos os requisitos legais, a despeito de superados os limites orçamentários previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal, referentes a gastos com pessoal de ente público, tendo em vista que a progressão é direito subjetivo do servidor público, decorrente de determinação legal, estando compreendida na exceção prevista no inciso I do parágrafo único do art. 22 da

Lei Complementar n. 101/2000”. STJ. 1ª Seção. REsp 1878849-TO, Rel. Min. Manoel Erhardt (Desembargador Convocado do TRF da 5ª região), julgado em 24/02/2022 (Recurso Repetitivo – Tema 1075).

A alternativa B está incorreta, pois as informações pleiteadas não são de caráter reservado. A Lei 12.527/2011 determina, em seu art. 24, § 2º, que “As informações que puderem colocar em risco a segurança do Presidente e Vice-Presidente da República e respectivos cônjuges e filhos(as) serão classificadas como reservadas e ficarão sob sigilo até o término do mandato em exercício ou do último mandato, em caso de reeleição”. Portanto, no caso narrado não há de se falar em informação reservada.

A alternativa C está incorreta, pois o acesso à informação é dever do Estado, e não uma discricionariedade, conforme art. 5º da Lei 12.527/2011. É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

A alternativa D está correta, pois está de acordo com art. 7º, V, da Lei 12.527/2011: “O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter: V - informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços;”

QUESTÃO 31. No ano corrente, o Ministério Público ajuizou duas ações por improbidade administrativa distintas, uma em desfavor de Carlos, prefeito do Município Alfa, e, outra, em desfavor de Bruno, servidor do Município Beta.

Ambas as ações buscavam a aplicação de penalidade pela prática de atos de improbidade que violam princípios da Administração Pública, com a descrição objetiva dos fatos exigida em lei e apontando a lesividade relevante ao bem jurídico tutelado.

A primeira tem fundamento na negativa, pelo próprio prefeito, de publicidade aos atos oficiais, que não estavam protegidos por sigilo. A segunda ação foi proposta porque Bruno nomeou sua esposa para cargo administrativo em comissão a ele subordinado, no qual ela vinha laborando com afinco.

Diante dessa situação hipotética, considerando a atual redação da Lei nº 8.429/92, assinale a afirmativa correta.

a) Revela-se pertinente o ajuizamento de ambas as ações, sendo imprescindível, em cada caso, a demonstração de dolo, bem como de que a conduta funcional de cada agente público tinha o fim de obter proveito ou benefício indevido para si ou para outra pessoa ou entidade.

b) A ação ajuizada em desfavor de Carlos é pertinente, mas aquela em desfavor de Bruno não, considerando que, apesar de o nepotismo ser vedado pelo ordenamento, não há previsão no sentido de que sua prática caracteriza ato de improbidade administrativa.

c) Apenas é pertinente a ação ajuizada em desfavor de Bruno, na medida em que a negativa de publicidade aos atos oficiais por Carlos não constitui uma ilegalidade passível de caracterizar ato de improbidade administrativa.

d) Ambas as ações são despropositadas, pois, além da lesividade relevante ao bem jurídico tutelado, é imprescindível o reconhecimento de danos ao erário para a caracterização da improbidade administrativa, o que não ocorreu em nenhum dos casos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois ambas as ações são pertinentes, e é imprescindível a demonstração do dolo, conforme caput do art. 11 da Lei 8.429/92. Ademais, conforme art. 11, § 1º, da Lei 8.429/92, somente haverá improbidade administrativa fundada em atentado aos princípios da administração pública quando for comprovado na conduta funcional do agente público o fim de obter proveito ou benefício indevido para si ou para outra pessoa ou entidade.

A alternativa B está incorreta, pois ambas as ações são pertinentes. Ademais, há previsão, no artigo 11, XI, da Lei 8.429/92, de que a prática do nepotismo caracteriza improbidade administrativa.

A alternativa C está incorreta, pois ambas as ações são pertinentes. Ademais, há previsão, no artigo 11, IV, da Lei 8.429/92, de que a negativa de publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei, caracteriza improbidade administrativa.

A alternativa D está incorreta, pois ambas as ações são pertinentes. Ademais, conforme art. 11, § 4º, da Lei 8.429/92, para os atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública, há exigência de lesividade relevante ao bem jurídico tutelado para que sejam passíveis de sancionamento; no entanto, tais atos independem do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito dos agentes públicos.

QUESTÃO 32. Josias e Januário são servidores públicos federais de alta hierarquia e estavam conversando sobre os problemas inerentes ao exercício de suas atribuições. Enquanto Josias está extremamente exacerbado de trabalho e precisa delegar algumas de suas atribuições, para não comprometer o funcionamento da atividade administrativa, Januário entende ser necessário avocar competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior, por questões excepcionais que são de extrema relevância para o interesse público.

Considerando as circunstâncias narradas, em consonância com a Lei nº 9.784/99, assinale a afirmativa correta.

a) Josias poderá delegar verbalmente parcela de sua competência, considerando que esta é renunciável por servidor de alta hierarquia.

b) Eventual delegação de competência por parte de Josias não poderá ser revogada após a sua formalização.

c) A delegação de competência por Josias só pode ser realizada para órgão que lhe seja hierarquicamente inferior.

d) A avocação temporária de competência por Januário será permitida em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois não é possível delegação verbal. Conforme art. 14, caput, da Lei 9.784/99, o ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.

A alternativa B está incorreta, pois conforme art. 14, § 2º, da Lei 9.784/99, o ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

A alternativa C está incorreta, pois a delegação poderá ser realizada até mesmo para órgãos que não sejam hierarquicamente subordinados. Conforme art. 12, caput, da Lei 9.784/99: “Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.”

A alternativa D está correta, pois conforme art. 15 da Lei 9.784/99, será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

QUESTÃO 33. O pequeno Município Alfa, situado no interior do Estado Beta, enfrenta grave problema de abastecimento de água potável, pois não há fornecimento de água encanada para determinada região da cidade, por dificuldades técnicas.

Visando à resolução para a questão juntamente com a iniciativa privada, o Município Alfa pretende, mediante licitação, contratar objeto que envolva inovação tecnológica ou técnica, sendo imprescindível a adaptação de soluções disponíveis no mercado.

Atualmente, verifica-se a impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração, razão pela qual é preciso o prévio debate com o setor privado, para se definirem e se identificarem os meios e as alternativas que possam satisfazer as necessidades da administração municipal.

Ao tomar conhecimento de que o Município Alfa pretende realizar licitação nas condições narradas, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades da forma mais adequada, dada a complexidade da questão local de abastecimento de água, a sociedade empresária Delta se interessou em participar do certame.

Como advogado(a) da sociedade empresária, você informou à diretoria que, de acordo com a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21), a modalidade de licitação mais adequada diante da realidade fática descrita, é o(a)

a) concorrência, que é mais abrangente, seja do ponto de vista do valor do contrato, seja por contemplar variados objetos.

b) leilão, em que serão admitidos como licitantes todos os interessados que preencherem os requisitos objetivos estabelecidos.

c) concurso, no qual o poder público municipal não poderá revelar a outros licitantes as soluções técnicas propostas por um concorrente.

d) diálogo competitivo, em que os licitantes devem apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A modalidade licitatória mais adequada é o diálogo competitivo, posto que cumprida a definição de diálogo competitivo trazida pelo art. 6º, XLII, da Lei 14.133/2021, bem como cumpridos todos os requisitos do artigo 32, I, alíneas a, b, c, da Lei 14.133/2021.

A alternativa B está incorreta. A modalidade licitatória mais adequada é o diálogo competitivo, posto que cumprida a definição de diálogo competitivo trazida pelo art. 6º, XLII, da Lei 14.133/2021, bem como cumpridos todos os requisitos do artigo 32, I, alíneas a, b, c, da Lei 14.133/2021.

A alternativa C está incorreta. A modalidade licitatória mais adequada é o diálogo competitivo, posto que cumprida a definição de diálogo competitivo trazida pelo art. 6º, XLII, da Lei 14.133/2021, bem como cumpridos todos os requisitos do artigo 32, I, alíneas a, b, c, da Lei 14.133/2021.

A alternativa D está correta. A modalidade licitatória mais adequada é o diálogo competitivo, posto que cumpridos todos os requisitos do artigo 32, I, alíneas a, b, c, da Lei 14.133/2021, quais sejam: contratação de objeto que envolva inovação tecnológica ou técnica (alínea a); imprescindibilidade da adaptação de soluções disponíveis no mercado (alínea b); e impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração (alínea c). Ademais, o intuito do Município Alfa é desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades da forma mais adequada, o que compõe a definição de diálogo competitivo trazida pelo art. 6º, XLII da Lei 14/133/2021: “XLII - diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver

uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos;”

QUESTÃO 34. O Município Alfa, observadas as cautelas legais, instituiu servidão administrativa sobre o imóvel de propriedade de Gabriel, com a finalidade de instalar postes e fios de energia elétrica, com escopo de regularizar o serviço de iluminação pública na localidade. Diante das circunstâncias do caso concreto, em especial pelo grande espaço cuja utilização é necessária para manutenção dos equipamentos instalados, verifica-se, de forma incontroversa, que Gabriel sofreu efetivo dano no direito de propriedade.

Para melhor compreender o regime jurídico próprio dessa modalidade de intervenção do Estado na propriedade e ficar ciente de seus direitos e obrigações, em especial em matéria de indenização, Gabriel contratou você, como advogado(a).

No caso em tela, atento às normas de regência, você orientou seu cliente no sentido de que a servidão administrativa instituída pelo Município Alfa,

a) enseja o pagamento de indenização, se houver dano comprovado.

b) ocorre com prazo determinado, podendo ser prorrogado mediante prévia indenização.

c) ostenta natureza de direito pessoal da Administração Pública, que prescinde de registro no Cartório de Registro de Imóveis, e ocorre mediante indenização em títulos da dívida pública.

d) tem por pressuposto a necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, e deve ocorrer mediante justa e prévia indenização em dinheiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, conforme art. 40 do Decreto-Lei 3.365/41: “O expropriante poderá constituir servidões, mediante indenização na forma desta lei.”

A alternativa B está incorreta, pois conforme art. 40 do Decreto-Lei 3.365/41, no caso em tela a servidão administrativa instituída pelo Município Alfa ensejará o pagamento de indenização, se houver dano comprovado.

A alternativa C está incorreta, pois conforme art. 40 do Decreto-Lei 3.365/41, no caso em tela a servidão administrativa instituída pelo Município Alfa ensejará o pagamento de indenização, se houver dano comprovado.

A alternativa D está incorreta, pois conforme art. 40 do Decreto-Lei 3.365/41, no caso em tela a servidão administrativa instituída pelo Município Alfa ensejará o pagamento de indenização, se houver dano comprovado.

QUESTÃO 35. Tramita na Câmara do Município Alfa projeto de lei que dispõe sobre proteção ao meio ambiente no âmbito de seu território, observado o interesse local. |Sabe-se que o projeto de lei está harmônico com a disciplina legislativa estadual e federal atualmente vigente. No caso em tela, em matéria de competência legislativa ambiental, de acordo com a CRFB/88, é correto afirmar que o projeto de lei em tese,

a) ofende a Carta Magna, porque compete à União legislar privativamente sobre proteção ao meio ambiente, observadas as premissas constitucionais.

b) é incompatível com a Carta Magna, porque compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar privativamente sobre proteção ao meio ambiente.

c) não viola a Carta Magna, porque o Município possui competência suplementar à da União e à dos Estados para legislar sobre proteção ao meio ambiente, no limite do seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados.

d) não afronta a Carta Magna, porque o Município possui competência concorrente e não suplementar com a União e os Estados para legislar sobre proteção ao meio ambiente, de maneira que pode dispor de forma diversa e menos protetiva ao ambiente do que a disciplina estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, já que a competência para legislar acerca da proteção ao meio ambiente encontra-se fixada no art. 24, da CRFB/88, sendo competência de natureza concorrente. Vejamos: “Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição”. Por sua vez, as competências legislativas privativas da União encontram-se elencadas no Art. 22 da Constituição Federal.

A alternativa B está incorreta, uma vez que em desacordo com o teor do art. 24, VI, da Constituição da República, a seguir transcrito, que contém a expressão “concorrentemente”, e não privativamente: “Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: [...] VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;”

A alternativa C está correta. De fato, segundo a jurisprudência fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) o município possui competência suplementar à da União e à dos Estados para legislar sobre proteção ao meio ambiente desde que seja observada a limitação referente a interesse local, bem como haja harmonia com os regramentos estabelecidos pela União e pelos Estados em matéria ambiental. Nesse sentido, a ementa a seguir: “[...] 1. O Município é competente para legislar concorrentemente sobre meio ambiente, no limite de seu interesse local e desde que tal regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados. [...] 7. Recurso extraordinário conhecido e provido. (RE 732686, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 19/10/2022, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-s/n DIVULG 19-04-2023 PUBLIC 20-04-2023). Ademais, dispõe a CRFB/88, em seu art. 30, incisos I e II, acerca da competência legislativa dos Municípios: “Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local; II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”.

A alternativa D está incorreta, pois em desacordo com o que preconiza o art. 30, incisos I e II, da Constituição Federal no que tange à competência legislativa municipal. Vejamos: “Art. 30. Compete aos Municípios: I - legislar sobre assuntos de interesse local; II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber”.

QUESTÃO 36. O condomínio residencial Alfa Orquídeas é constituído por diversos blocos, com médio núcleo populacional, e está localizado em zona urbana do Município Beta, situado no Estado Gama. Diante da inexistência de rede canalizada para distribuição e abastecimento de água potável na localidade, desde a recente construção do condomínio, os condôminos fazem uso de caminhões pipas. Seja pelo alto custo, seja pela escassez dos caminhões pipas, os condôminos aprovaram, por unanimidade em assembleia, que o condomínio iria proceder à construção de um poço semiartesiano, para extração de água de um aquífero subterrâneo existente no local, para fins de consumo final. Sabe-se que o citado aquífero não é de domínio da União, que não tem qualquer tipo de interesse na questão. Para agir dentro da legalidade, antes da construção do poço, síndico do condomínio residencial Alfa Orquídeas deve requerer

a) licença ambiental ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

b) licença ambiental ao órgão ambiental do Município Beta.

c) licença de uso de recursos hídricos ao Município Beta.

d) outorga de uso de recursos hídricos ao Estado Gama.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, já que o instituto cabível seria a outorga de uso e não a licença ambiental. A Lei 9.433/97 dispõe sobre a outorga para fins de extração de água de aquífero subterrâneo, no inciso II do art. 12. Vejamos: “Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos: [...] II - extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.”

A alternativa B está incorreta, uma vez que o instituto cabível seria a outorga de uso e não a licença ambiental. A Lei 9.433/97 dispõe sobre a outorga para fins de extração de água de aquífero subterrâneo, no inciso II do art. 12. Vejamos: “Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos: [...] II - extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.”

A alternativa C está incorreta, já que o instituto cabível seria a outorga de uso e não a licença ambiental. A Lei 9.433/97 dispõe sobre a outorga para fins de extração de água de aquífero subterrâneo, no inciso II do art. 12. Vejamos: “Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos: [...] II - extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.”

A alternativa D está correta. A Lei 9.433/97 dispõe sobre a outorga para fins de extração de água de aquífero subterrâneo, no inciso II do art. 12. Vejamos: “Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos: [...] II - extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.” Logo, a assertiva encontra-se correta, pois trata do instituto da outorga e não da licença. Ademais, dispõe a CRFB/88, no inciso I do art. 26, que se incluem entre os bens dos Estados as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União. Desse modo, não se tratando de bem da União, caberia ao poder estadual outorgar os direitos de uso de recursos hídricos.

QUESTÃO 37. Os irmãos Eduardo e Letícia herdaram um apartamento de sua mãe. Concluído o inventário, decidiram vender o apartamento ao casal Pedro e Mariana. Para tanto, as partes celebraram contrato de compra e venda. Pedro e Mariana se obrigaram, solidariamente, a pagar o preço pactuado (R\$ 600.000,00) no prazo de trinta dias. Não foi avençada cláusula de solidariedade ativa. Alcançado o prazo contratual, Pedro e Mariana não pagaram o preço.

Tendo em vista a situação hipotética apresentada, assinale a afirmativa correta.

a) Eduardo, sozinho, tem direito de cobrar a integralidade do preço pactuado, R\$ 600.000,00, de Mariana, sozinha.

b) Letícia, sozinha, tem direito de cobrar apenas a metade do preço pactuado, R\$ 300.000,00, de Pedro, sozinho.

c) Letícia, sozinha, tem direito de cobrar apenas um quarto do preço pactuado, R\$ 150.000,00, de Mariana, sozinha.

d) Eduardo e Letícia não podem pleitear sozinhos o pagamento do preço, ainda que parcial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta, nos termos dos arts. 275 e 257 do CC/02: “O credor tem direito a exigir e receber de um ou de alguns dos devedores, parcial ou totalmente, a dívida comum; se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores continuam obrigados solidariamente pelo resto”; e “Havendo mais de um devedor

ou mais de um credor em obrigação divisível, esta presume-se dividida em tantas obrigações, iguais e distintas, quantos os credores ou devedores”.

As alternativas A, C e D estão incorretas, de acordo com o fundamento exposto na alternativa B.

QUESTÃO 38. Renata alugou um imóvel a Tadeu. Como garantia das obrigações de Tadeu, Luzia e Humberto prestaram fiança a Renata. Tadeu descumpriu suas obrigações contratuais, deixando de pagar as contraprestações ajustadas.

Diante desse quadro hipotético, assinale a afirmativa correta.

a) Não havendo limitação contratual, Renata poderá cobrar de Luzia, sozinha, todos os acessórios da dívida principal, inclusive as despesas judiciais, desde a citação dos fiadores.

b) Caso sejam demandados, Luzia e Humberto não têm direito de exigir que sejam primeiro executados os bens de Tadeu, pois, salvo disposição expressa em sentido contrário, não há benefício de ordem na fiança.

c) Luzia e Humberto não respondem solidariamente pelas obrigações decorrentes do contrato de fiança, a não ser que haja disposição expressa.

d) A fiança constitui contrato informal, entre Renata e os fiadores (Luzia e Humberto), e poderia ter sido celebrada ainda que contrariamente à vontade de Tadeu. Ademais, não admite interpretação extensiva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 822 do CC/02: “Não sendo limitada, a fiança compreenderá todos os acessórios da dívida principal, inclusive as despesas judiciais, desde a citação do fiador”.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 827, caput, do CC/02: “O fiador demandado pelo pagamento da dívida tem direito a exigir, até a contestação da lide, que sejam primeiro executados os bens do devedor”.

A alternativa C está incorreta, nos termos do art. 829, caput, do CC/02: “A fiança conjuntamente prestada a um só débito por mais de uma pessoa importa o compromisso de solidariedade entre elas, se declaradamente não se reservarem o benefício de divisão”.

A alternativa D está incorreta, pois a fiança é contrato formal, nos termos do art. 819 do CC/02: “A fiança dar-se-á por escrito, e não admite interpretação extensiva”.

QUESTÃO 39. Robson, advogado de sucesso e bem-sucedido profissionalmente, foi preso e condenado, com sentença transitada em julgado, pelo crime de homicídio, iniciando o cumprimento de sua pena no regime fechado. Ele é pai de Raquel, 17 anos, fruto de sua união com Rose e ambos compartilham a guarda da filha. Rose e Robson divorciaram-se e, em ação própria, foi fixado o dever de Robson prover alimentos para Raquel.

A respeito dos efeitos da prisão de Robson sobre o dever de alimentos, assinale a afirmativa correta.

a) Afasta-se a obrigação de prestar alimentos de Robson considerando que a mãe de Raquel, Rose, ainda está viva.

b) A prisão de Robson suspende o dever de prestar alimentos, o que volta a produzir seus efeitos imediatamente após o cumprimento integral da pena.

c) Robson poderá cessar a prestação de alimentos, independente de interpelação judicial, assim que Raquel alcançar a maioridade, o que acontecerá muito em breve.

d) O fato de Robson estar preso não afasta sua obrigação alimentar.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois o dever de prestar alimentos compete igualmente aos genitores. Nesse sentido, o art. 1.696 do CC/02: “O direito à prestação de alimentos é recíproco entre pais e filhos, e extensivo a todos os ascendentes, recaindo a obrigação nos mais próximos em grau, uns em falta de outros”. Ademais, conforme entendimento do STJ (número do processo não foi divulgado em razão de segredo judicial): “(...) o fato de estar preso não isenta o alimentante de seu dever para com o alimentado, pois existe a possibilidade de exercer atividade remunerada no cárcere”.

A alternativa B está incorreta, conforme entendimento do STJ exposto na alternativa A.

A alternativa C está incorreta, nos termos da súmula nº 358 do STJ: “O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos”.

A alternativa D está correta, conforme entendimento do STJ (número do processo não foi divulgado em razão de segredo judicial): “(...) o fato de estar preso não isenta o alimentante de seu dever para com o alimentado, pois existe a possibilidade de exercer atividade remunerada no cárcere”.

QUESTÃO 40. Maria Cristina era casada com Roberto, falecido no início de 2022, sem deixar testamento, sob o regime de separação convencional de bens. O casal sempre viveu em um imóvel de propriedade de Roberto com seus dois filhos, Alcino e Valério, que não moram mais com os pais. Roberto deixou, além do referido imóvel residencial, alguns investimentos e outro imóvel, de natureza comercial.

Sobre o direito real de habitação do cônjuge sobrevivente, assinale a afirmativa correta.

- a) Maria Cristina é titular do direito real de habitação, sem prejuízo de sua participação na herança de Roberto.**
- b) Maria Cristina não é titular do direito real de habitação, uma vez que existe mais de um imóvel a inventariar dentre os bens que compõem a herança de Roberto.**
- c) Maria Cristina receberá seu quinhão da herança, mas só tem o direito de permanecer morando no imóvel em que vivia com Roberto, caso Alcino e Valério autorizem.**
- d) Maria não é titular do direito real de habitação, pois esse não se aplica aos casamentos sob a vigência do regime de separação convencional de bens.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 1.831 do CC/02: “Ao cônjuge sobrevivente, qualquer que seja o regime de bens, será assegurado, sem prejuízo da participação que lhe caiba na herança, o direito real de habitação relativamente ao imóvel destinado à residência da família, desde que seja o único daquela natureza a inventariar”.

As alternativas B, C e D estão incorretas, de acordo com o fundamento exposto na alternativa A.

QUESTÃO 41. Joana, conhecida durante toda a sua vida em sua cidade natal pelo prenome Giovanna, começa a enfrentar uma série de embaraços e constrangimentos ao ser chamada em órgãos públicos por seu prenome registral, constante de seus documentos de identificação civil.

Diante disso, Joana, de 19 anos de idade, consulta você, como advogado (a), buscando descobrir a viabilidade jurídica de alterar o seu prenome e os eventuais requisitos jurídicos que deveriam ser observados caso seja possível a mudança.

Sobre a pretensão de Joana, assinale a afirmativa correta.

- a) Poderá alterar seu prenome para Giovanna, bastando realizar solicitação, por escrito e fundamentada, diante do oficial do Registro Civil, dependendo, no entanto, de sentença judicial.**
- b) Não poderá alterar seu prenome para Giovanna, pois vigora no Direito Brasileiro o princípio da imutabilidade do nome.**
- c) Poderá alterar seu prenome para Giovanna, mediante requerimento pessoal e imotivadamente, independentemente de decisão judicial.**
- d) Não poderá alterar seu prenome registral, mas poderá incluir o nome Giovanna, por ser este apelido público e notório.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 56 da Lei nº 6.015 (Lei de Registros Públicos): “A pessoa registrada poderá, após ter atingido a maioridade civil, requerer pessoalmente e imotivadamente a alteração de seu prenome, independentemente de decisão judicial, e a alteração será averbada e publicada em meio eletrônico”.

As alternativas A, B e D estão incorretas, de acordo com o fundamento exposto na alternativa C.

QUESTÃO 42. Antônio é proprietário de um prédio que não tem acesso à via pública. De um lado, Antônio tem Ricardo como vizinho, cuja propriedade alcança a via pública. Do outro lado, Antônio tem Luíza como vizinha, cuja propriedade também alcança a via pública. Todavia, no caso do imóvel de Luíza, o caminho até a via pública é menos natural e mais difícil. Ricardo e Luíza recusaram-se a oferecer voluntariamente a passagem.

Diante disso, Antônio pode exigir

- a) tanto a passagem de Ricardo quanto a de Luíza, a seu critério, mas só precisará pagar indenização cabal se escolher Luíza.**
- b) tanto a passagem de Ricardo quanto a de Luíza, a seu critério, e deverá pagar indenização cabal a quem escolher.**
- c) que Ricardo lhe dê a passagem, sem que seja obrigado a pagar qualquer indenização a ele.**
- d) que Ricardo lhe dê a passagem, mediante pagamento de indenização cabal.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 1.285, caput e § 1º, do CC/02: “O dono do prédio que não tiver acesso a via pública, nascente ou porto, pode, mediante pagamento de indenização cabal, constranger o vizinho a lhe dar passagem, cujo rumo será judicialmente fixado, se necessário. Sofrerá o constrangimento o vizinho cujo imóvel mais natural e facilmente se prestar à passagem”.

As alternativas A, B e C estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa D.

QUESTÃO 43. Pedro, adolescente de quinze anos, foi apreendido pela prática de ato infracional análogo ao crime de roubo. Realizados todos os procedimentos legais cabíveis, o juízo determinou cautelarmente que fosse recolhido à internação em instituição dedicada ao cumprimento de medida socioeducativa dessa natureza.

Ocorre que não havia vaga na entidade de internação da comarca, pelo que Pedro foi recolhido a uma repartição policial, em seção isolada dos adultos e com instalações apropriadas, lá restando internado cautelarmente há vinte dias, aguardando o surgimento de vaga no estabelecimento dedicado.

Com base nos fatos acima, assinale a afirmativa correta.

- a) A internação jamais poderá ser realizada em repartição policial, nem mesmo cautelarmente, mesmo que seja impossível a transferência imediata.
- b) É admissível a internação cautelar em estabelecimento policial ou prisional quando da situação exposta no enunciado, por prazo indeterminado, até que seja encontrada vaga em entidade apropriada.
- c) A manutenção de Pedro na repartição policial, por mais de cinco dias, é ilegal, comportando habeas corpus para fazer cessar tal estado de ilicitude.
- d) A internação em estabelecimento prisional é admissível quando neste local puderem ser desenvolvidas as atividades pedagógicas próprias dessa medida socioeducativa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa C.

A alternativa C está correta, nos termos dos arts. 185, caput, c/c §2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA: “A internação, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, não poderá ser cumprida em estabelecimento prisional” e “Sendo impossível a pronta transferência, o adolescente aguardará sua remoção em repartição policial, desde que em seção isolada dos adultos e com instalações apropriadas, não podendo ultrapassar o prazo máximo de cinco dias, sob pena de responsabilidade.”

A alternativa D está incorreta, pois não há essa previsão legal.

QUESTÃO 44. A mãe de Joaquim, criança com necessidades especiais, requereu acompanhamento por professor especializado em atendimento de pessoas com deficiência à escola-creche pública municipal em que o filho estuda. A escola-creche, no entanto, alegou carência de tais profissionais, porque o custo muito alto impedia que a municipalidade os contratasse.

Ao consultar você, como advogado(a), a genitora recebeu a seguinte orientação.

- a) A criança tem direito à educação, não se inserindo nesse plexo, porém, o direito individual e específico de acompanhamento especializado.
- b) Joaquim deve ter acesso à educação com metodologia especial, não significando, porém, que seja mandatória a presença de profissional especial.
- c) A atenção especial por profissional especializado é devida a Joaquim, não sendo oponível a dificuldade orçamentária declarada pela municipalidade.
- d) O ensino especializado é devido nas condições em que a entidade for capaz, não sendo obrigatória a presença de profissional especificamente capacitado, em razão da aplicabilidade da reserva do possível.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa C.

A alternativa C está correta. Tal assertiva encontra fundamento no art. 208, inciso III, da Constituição Federal: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: (...) III - atendimento educacional

especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; e no art. 54, inciso III, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA: “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: (...) III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.”

Além disso, no AgRg no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 790.767 – MG, restou decidido pelo STJ que: “(...) “(...) a reserva do possível não pode ser oposta à efetivação dos Direitos Fundamentais, já que, quanto a estes, não cabe ao administrador público preterí-los em suas escolhas. Nem mesmo a vontade da maioria pode tratar tais direitos como secundários. Isso porque a democracia não se restringe na vontade da maioria. O princípio do majoritário é apenas um instrumento no processo democrático, mas este não se resume àquele. Democracia é, além da vontade da maioria, a realização dos direitos fundamentais. Só haverá democracia real onde houver liberdade de expressão, pluralismo político, acesso à informação, à educação, inviolabilidade da intimidade, o respeito às minorias e às ideias minoritárias etc. Tais valores não podem ser malferidos, ainda que seja a vontade da maioria. Caso contrário, se estará usando da "democracia" para extinguir a Democracia. 5. Com isso, observa-se que a realização dos Direitos Fundamentais não é opção do governante, não é resultado de um juízo discricionário nem pode ser encarada como tema que depende unicamente da vontade política. Aqueles direitos que estão intimamente ligados à dignidade humana não podem ser limitados em razão da escassez quando esta é fruto das escolhas do administrador. Não é por outra razão que se afirma que a reserva do possível não é oponível à realização do mínimo existencial. 6. O mínimo existencial não se resume ao mínimo vital, ou seja, o mínimo para se viver. O conteúdo daquilo que seja o mínimo existencial abrange também as condições socioculturais, que, para além da questão da mera sobrevivência, asseguram ao indivíduo um mínimo de inserção na "vida" social. (...)”

A alternativa D está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa C.

QUESTÃO 45. Carlos foi internado para tratamento de saúde. Apresentava estado grave, sendo seus familiares informados sobre a limitação do tempo de internação.

Junto à assinatura dos documentos de internação, o hospital exigiu dos familiares um depósito caução para assegurar a internação do paciente, caso extrapolado o dia-limite custeado pelo plano de saúde, o que fizeram prontamente.

Os familiares de Carlos procuraram você, como advogado(a), informando o ocorrido e que, de fato, o contrato do seguro-saúde apresentava essa cláusula limitadora.

Assinale a opção que apresenta a orientação correta dada para o caso.

- a) A cláusula contratual que limita, no tempo, a internação hospitalar do segurado, é abusiva.**
- b) O fato de o hospital ter exigido a prestação da caução não configura conduta abusiva, apesar da evidente vulnerabilidade, por força do princípio do equilíbrio contratual.**
- c) A cláusula contratual que limita o tempo de internação não se mostra abusiva, por ter sido redigida de forma clara e compreensível.**
- d) A cláusula contratual que limita o tempo de internação, embora abusiva, não é nula e, sim, anulável, por se tratar de contrato de adesão celebrado em situação de lesão ao consumidor.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

De acordo com a Súmula 608 do STJ, “aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, salvo os administrados por entidades de autogestão”.

Especificamente sobre o caso narrado no enunciado, o STJ possui entendimento na Súmula 302 no sentido de que “é abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que limita o tempo a internação hospitalar do segurado.”

Ademais, de acordo com o artigo 51, do CDC as cláusulas abusivas em contratos de consumo serão nulas de pleno direito.

Portanto, a cláusula que limita no tempo a internação do segurado do plano de saúde é abusiva, sendo, assim, nula de pleno direito, nos termos da Súmula 302 do STJ e do art. 51 do CDC.

Ressalte-se ainda que há configuração do vício de consentimento denominado de estado de necessidade na exigência de caução pelo hospital. Trata-se da situação em que uma pessoa, em extrema necessidade, temerosa de um agravamento do seu estado de saúde ou de um familiar, aceita obrigação exorbitante, que é conhecida pela outra parte, se aproveitando desta situação para cobrar abusivamente da vítima.

Esse vício é previsto no art. 156 do CC/2002: “Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa. Parágrafo único. Tratando-se de pessoa não pertencente à família do declarante, o juiz decidirá segundo as circunstâncias.”

A conduta abusiva, inclusive, pode gerar uma indenização por danos morais. Nesse sentido: "1. Cuida-se de demanda de indenização por dano moral decorrente da exigência de pagamento antecipado e cheque caução para internação de menor com trauma craniano em UTI. O réu se insurgiu contra a sentença que o condenou ao pagamento de indenização por danos morais no valor de R\$ 5.000,00, sob alegação de que não houve comprovação de condicionamento da internação da paciente ao oferecimento de caução, ausência de comprovação de dano aos autores e que a situação experimentada se tratou de mero dissabor. 2. A resolução normativa 44 de 4 de julho de 2003, em seu art. 1º, veda, em qualquer situação, a exigência, por parte dos prestadores de serviços contratados, credenciados, cooperados ou referenciados das Operadoras de Planos de Assistência à Saúde e Seguradoras Especializadas em Saúde, de caução, depósito de qualquer natureza, nota promissória ou quaisquer outros títulos de crédito, no ato ou anteriormente à prestação do serviço. 3. O fato do pai ter sido informado da negativa de atendimento pelo plano de saúde somente após a indicação da necessidade de internação na UTI, não retira o caráter emergencial e condicionante do atendimento, vastamente demonstrado pela documentação juntada aos autos. 4. A negativa de cobertura pelo plano de saúde não justifica a requisição de cheque caução pelo Nosocômio, até porque a exigência de qualquer garantia para o atendimento hospitalar é expressamente vedada pela Resolução Normativa 44/03, da Agência Nacional de Saúde Suplementar. [...] 6. Comprovada a entrega de dois cheques no valor de R\$ 50.000,00 cada, sendo um destinado a caução e o outro a antecipação do pagamento da internação da menor (...), caracteriza abuso de direito do hospital. 7. Por outro lado, a conduta capaz de causar abalo moral a ser indenizável é aquela que configura uma violação de direito de personalidade. Constata-se, assim, que no contexto fático em que se deram os acontecimentos narrados pelos autores, no qual, condicionou-se a internação da filha com trauma craniano à emissão de dois cheques no valor de R\$ 50.000,00 cada, extrapola o mero aborrecimento experimentado nas relações contratuais cotidianas, configurando assim violação no direito da personalidade. 8. No que tange ao quantum fixado (R\$ 5.000,00), o mesmo atende os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, não podendo ser considerado excessivo quando considerada a situação de vulnerabilidade dos autores frente ao hospital requerido." (Acórdão 1181704, 07567520420188070016, Relator: JOÃO LUÍS FISCHER DIAS, 2º Turma Recursal dos Juizados Especiais Distrito Federal, data de julgamento: 26/6/19, publicado no DJE: 4/7/19).

QUESTÃO 46. Diego ofereceu papinha industrializada para seu filho que apresentou sintomas de diarreia e vômito algumas horas depois.

Ao observar a data de validade do produto, identificou que estava vencida. O produto havia sido adquirido naquela manhã na padaria vizinha e, ao retornar ao local, observou que os demais potinhos de papinha disponíveis na prateleira estavam com a data de validade adequada para o consumo.

Indagando o comerciante, Diego foi informado de que os produtos estavam na mesma caixa lacrada enviada pelo fabricante naquela manhã e alegou que também foi vítima de tal erro do fabricante.

Embora se conformasse e lamentasse a infelicidade de ter adquirido justamente o pote com data vencida, Diego procurou você como advogado (a) para saber se alguma providência jurídica poderia ser tomada.

Diante desses fatos, assinale a opção correta.

a) O comerciante não responde pelo evento danoso na medida em que também foi prejudicado ao receber do fabricante o produto com a data de validade expirada.

b) Cuida-se de vício da segurança do produto, respondendo o comerciante objetivamente por ter disponibilizado o produto para venda, podendo ainda o fabricante ser responsabilizado, não podendo alegar culpa de terceiro.

c) Incide excludente de responsabilidade do fabricante e do comerciante por culpa da vítima que não observou o prazo de validade antes de consumir o produto.

d) Cuida-se de responsabilidade objetiva do fabricante de produto, recaindo sobre o comerciante a responsabilidade subsidiária.

Comentários

A alternativa apontada pela banca como correta é a **letra B**. Contudo, é **passível de recurso**, pois a **alternativa correta é letra D**.

A responsabilidade pelo fato do produto está regulada no CDC pelo artigo 12: “O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos. § 1º O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: I - sua apresentação; II - o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam; III - a época em que foi colocado em circulação.”

Logo, o fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador irão responder pela reparação do acidente de consumo ocorrido com seus produtos independente da existência de culpa.

Por sua vez, a responsabilidade civil do comerciante é regulada especificamente pelo artigo 13, do CDC, que assim estabelece: “O comerciante é igualmente responsável, nos termos do artigo anterior, quando: I - o fabricante, o construtor, o produtor ou o importador não puderem ser identificados; II - o produto for fornecido sem identificação clara do seu fabricante, produtor, construtor ou importador; III - não conservar adequadamente os produtos perecíveis. Parágrafo único. Aquele que efetivar o pagamento ao prejudicado poderá exercer o direito de regresso contra os demais responsáveis, segundo sua participação na causação do evento danoso.”

Portanto, na forma dos arts. 12 e 13 do CDC, a responsabilidade pela disponibilização do produto com prazo de validade vencido será do fabricante, respondendo o comerciante apenas subsidiariamente.

Sobre o tema, aliás, o STJ julgou situação idêntica à narrada, e decidiu:

“Direito do consumidor. Recurso especial. Ação de indenização por danos morais e materiais. Consumo de produto colocado em circulação quando seu prazo de validade já havia transcorrido. "Arrozina Tradicional" vencida que foi consumida por bebês que tinham apenas três meses de vida, causando-lhes gastroenterite aguda. Vício de segurança. Responsabilidade do fabricante. Possibilidade. Comerciante que não pode ser tido como terceiro estranho à relação de consumo. Não configuração de culpa exclusiva de terceiro. - Produto alimentício destinado especificamente para bebês exposto em gôndola de supermercado, com o prazo de validade vencido, que coloca em risco a saúde de bebês com apenas três meses de vida, causando-lhe gastroenterite aguda, enseja a responsabilização por fato do produto, ante a existência de vício de segurança previsto no art. 12 do CDC. - O comerciante e o fabricante estão inseridos no âmbito da cadeia de produção e distribuição, razão pela qual não podem ser tidos como terceiros estranhos à relação de consumo. - A eventual configuração da culpa do comerciante que coloca à venda produto com prazo de validade vencido não tem o

condão de afastar o direito de o consumidor propor ação de reparação pelos danos resultantes da ingestão da mercadoria estragada em face do fabricante. Recurso especial não provido.” (REsp 980.860/SP, Rel. Ministra Nancy Andrigli, 3ª T., DJe 2-6-2009).

Portanto, na forma dos arts. 12 e 13 do CDC, a responsabilidade pela disponibilização do produto com prazo de validade vencido será do fabricante, respondendo o comerciante apenas subsidiariamente. Logo, correta a alternativa D.

QUESTÃO 47. Ainda que o Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais, não possa examinar o mérito dos atos dos empresários, sociedades empresárias e cooperativas, limitando-se sua análise aos requisitos formais, existe proibição de arquivamento de documentos em razão de expressa disposição legal.

Assinale a opção que indica o documento que incorre na proibição legal de arquivamento.

(A) Os atos de empresas mercantis com nome idêntico a outro já existente.

(B) A prorrogação do contrato social depois de findo o prazo nele fixado.

(C) A alteração contratual, por deliberação majoritária do capital social, quando não houver cláusula restritiva.

(D) Os atos constitutivos de empresas mercantis que não designarem o nome do liquidante e a forma de liquidação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. A Lei de nº 8.934/1994, estabelece em seu artigo 35, inciso V, “que não podem ser arquivados os atos de empresas mercantis com nome idêntico ou semelhante a outro já existente.” O artigo 1155 CC/02 conceitua, por seu turno, o nome empresarial, que poderá ser firma ou denominação, “considera-se nome empresarial a firma ou denominação adotada, de conformidade com este Capítulo, para o exercício da empresa.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com o artigo 1033, inc. I, vencido o prazo de duração de uma sociedade, sem oposição de sócio e sem que a sociedade entre em liquidação, haverá sua prorrogação, por tempo indeterminado.

A alternativa C está incorreta. A cláusula restritiva no contrato social é aquela que impõe no próprio contrato uma condição distinta da prevista no CC/02 para alteração do contrato social, como por exemplo do artigo 1057 do CC/02, sendo, portanto, passível de arquivamento, o que deixa a alternativa incorreta.

A alternativa D está incorreta. A nomeação do liquidante, de acordo com o artigo 1071 do CC/02, e a forma de sua liquidação depende de deliberação dos sócios, sendo possível, o seu arquivamento, o que torna a questão incorreta.

QUESTÃO 48. Marco Araripe pretende iniciar uma empresa em nome próprio e mediante responsabilidade ilimitada pelas obrigações. Antes de realizar sua inscrição na Junta Comercial, Marco Araripe precisa indicar o nome que adotará para o exercício da empresa.

Consoante a determinação contida no Código Civil quanto à formação de firma individual, ela deve ser constituída

(A) pelo nome do empresário, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade.

(B) pelo nome de fantasia livremente escolhido, aditando-lhe, se quiser, designação do gênero de atividade.

(C) pelo nome abreviado do empresário ou pelo nome de fantasia, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa.

(D) Em duas partes: a primeira, o nome completo do empresário e, a segunda, o nome de fantasia, sendo vedada a indicação do gênero de atividade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. A questão cobrou do candidato o entendimento acerca do nome empresarial. A fundamentação da questão encontra-se inserida na inteligência do artigo 1156 CC/02 e 1157 CC/02 do CC/02. “O empresário opera sob firma constituída por seu nome, completo ou abreviado, aditando-lhe, se quiser, designação mais precisa da sua pessoa ou do gênero de atividade. Por seu turno, “a sociedade em que houver sócios de responsabilidade ilimitada operará sob firma, na qual somente os nomes daqueles poderão figurar, bastando para formá-la aditar ao nome deles a expressão e companhia ou sua abreviatura. Ficam solidariamente e ilimitadamente responsáveis pelas obrigações contraídas sob a firma social aqueles que, por seus nomes, figurarem na firma da sociedade ou que trata este artigo”.

As alternativas B, C e D estão incorretas, lastreando-se nesta mesma fundamentação da alternativa A.

QUESTÃO 49. Para honrar um empréstimo que lhe foi concedido, o empresário Ruy Barbosa subscreveu nota promissória em favor de Medeiros Neto, com vencimento para o dia 30 de março de 2023. O primeiro endossante transferiu o título em preto para Wagner Desidério e proibiu novo endosso.

Considerando o efeito legal da cláusula de proibição de novo endosso, assinale a afirmativa correta.

(A) para o endossante Medeiros Neto, a cláusula de proibição de novo endosso tem efeito de cessão de crédito perante o endossatário direto e de endosso perante os endossatários posteriores.

(B) Wagner Desidério não poderá realizar novo endosso no título sob pena de desoneração de responsabilidade cambial dos coobrigados.

(C) a cláusula de proibição de novo endosso é nula, tal qual a de endosso parcial, por restringir a responsabilidade cambiária do endossante a seu endossatário imediato.

(D) Medeiros Neto, embora coobrigado, não responde pelo pagamento da nota promissória perante os endossatários posteriores a Wagner Desidério.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A cláusula de proibição de novo endosso exonera os endossatários posteriores e não tem efeito de cessão de crédito perante o endossatário direto, conforme dispõe o art. 15, alínea II da LUC, o endosso lançado por um endossante a cláusula proibitiva de novo endosso, não proíbe o novo endosso, mas, exonera o proibidor em relação àqueles que vierem a receber o título endossado.

A alternativa B está incorreta. A desoneração de responsabilidade cambial ocorrerá em face aos novos endossatários posteriores a Wagner Desidério, conforme dispõe o art. 15 alínea II da LUC, que o endosso lançado por um endossante a cláusula proibitiva de novo endosso, não proíbe o novo endosso, mas, exonera o proibidor em relação àqueles que vierem a receber o título endossado.

A alternativa C está incorreta. A cláusula de proibição de novo endosso não é nula, posto haver previsão legal no art. 15, alínea II da LUC, prevendo que o endosso lançado por um endossante a cláusula proibitiva de novo endosso, não proíbe o novo endosso, mas, exonera o proibidor em relação àqueles que vierem a receber o título endossado.

A alternativa D está correta. O endosso é o ato cambiário, pelo qual se opera a transferência dos direitos emergentes de um título a outra pessoa. O endosso em preto, por sua vez, ocorre quando o endossatário é identificado no momento da transmissão do título de crédito.

A questão exigiu do candidato o entendimento sobre a cláusula que proíbe um novo endosso. O artigo 15, alínea II da LUG, legislação cabível para a nota promissória, aduz que o endosso lançado por um endossante a cláusula proibitiva de novo endosso, não proíbe o novo endosso, mas, exonera o proibidor em relação àqueles que vierem a receber o título endossado.

QUESTÃO 50. Cambira e Mallet adquiriram 1 (uma) quota da sociedade limitada Imbaú Ensino Superior Ltda. no valor de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), sendo, portanto, condôminos desta quota.

Considerando a situação de copropriedade da quota, assinale a afirmativa correta.

(A) Cambira não poderá ceder sua parte ideal no condomínio a outro sócio ou a terceiro em razão da indivisibilidade da quota em relação à sociedade

(B) Cambira e Mallet respondem solidariamente perante a sociedade pelas prestações necessárias à integralização da quota.

(C) Os direitos inerentes à quota poderão ser exercidos separadamente por cada condômino, não se aplicando a indivisibilidade da quota neste caso.

(D) Cambira poderá ceder sua parte ideal tanto para outro sócio quanto para terceiro independente de audiência dos demais sócios, ainda que omissos o contrato

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Cambira pode ceder sua quota, total ou parcialmente a quem seja sócio, ou a terceiros, desde que não haja oposição de titulares de mais de um 1/4 do capital social, ainda que as quotas sejam em condomínio. Para o STJ, no julgamento do REsp 1.570.452, a cessão opera a transmissão da obrigação sem que ocorra a extinção ou modificação de sua natureza e de seu conteúdo.

A alternativa B está correta. A questão exigiu do candidato o entendimento sobre quotas e integralização do capital social. Entende-se por quota a quantia que cada sócio investe para formar o capital social de uma empresa. O fundamento da questão encontra-se no artigo 1056 do CC/02. “A quota é indivisível em relação à sociedade, salvo para efeito de transferência. Os condomínios de quotas indivisa respondem solidariamente pelas prestações necessárias à sua integralização. (§ 2º do art. 1056 CC/02)

A alternativa C está incorreta. Aplica-se a indivisibilidade de quotas para todo o capital social em relação à sociedade. Estabelece o § 1º do artigo 1056 CC/02, “no caso de condomínio de quota, os direitos a ela inerentes somente podem ser exercidos pelo condômino representante, ou pelo inventariante do espólio de sócio falecido.

A alternativa D está incorreta. Cambira pode ceder sua parte ideal tanto para outro sócio quanto para terceiro, se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do contrato social. (artigo 1057 do CC/02)

QUESTÃO 51. Luíza ajuizou ação de cobrança contra Ricardo. Em sua petição inicial, informou que não possui interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação. Ricardo, por sua vez, apresentou manifestação informando que possui interesse na realização da audiência de conciliação ou mediação. Diante do interesse formalizado pelo réu, o juiz competente da causa designou data e local para a realização da audiência.

Considerando o caso narrado, Luíza

- a) não precisa comparecer à audiência de conciliação ou mediação, tendo em vista que já manifestou desinteresse em sua realização na petição inicial. Y
- b) não deve comparecer à audiência de conciliação ou mediação, sob pena de o seu comparecimento representar anuência tácita em compor, obrigando-a a firmar acordo com Ricardo.
- c) deve comparecer à audiência de conciliação ou mediação, sob pena de ter seu processo extinto sem resolução do mérito, por falta de interesse processual.
- d) deve comparecer à audiência de conciliação ou mediação, e, caso de forma injustificada não compareça, será sancionada com multa, tendo em vista que sua ausência será considerada ato atentatório à dignidade da justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 334, §4º, do Código de Processo Civil - CPC: “A audiência não será realizada: I - se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual.”

Note-se que o dispositivo exige que ambas as partes manifestem o desinteresse na composição para a não realização do ato conciliatório, motivo pelo qual, se uma das partes mostrar interesse, a audiência deve ocorrer, sob pena de ato atentatório à dignidade da justiça, conforme dispõe o art. 334, §8º, do CPC: “O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.”

As alternativas A, B e C estão incorretas, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa D.

QUESTÃO 52. Arthur e Felipe trabalham juntos na Transportadora Esporte S/A, que realiza campeonatos mensais de futebol entre suas diversas equipes. No último torneio, houve um grande desentendimento, durante o qual Felipe dirigiu numerosas ofensas contra Arthur.

Indignado, Arthur ajuizou ação indenizatória em face de Felipe, por meio da qual busca a compensação pelos danos morais decorrentes das ofensas proferidas na presença dos demais colegas de trabalho.

Para comprovar a sua versão dos fatos, Arthur requereu o depoimento pessoal de Felipe, que foi deferido pelo juízo de primeiro grau, que o intimou pessoalmente, advertindo-o das consequências legais. Comparecendo à audiência de instrução e julgamento, o réu se recusou a depor, embora intimado pessoalmente e advertido das eventuais consequências legais.

Nesse contexto, considerando as normas processuais em vigor, o advogado de Arthur deve requerer

- a) a aplicação de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa ao réu, uma vez que a recusa caracteriza prática de ato atentatório à dignidade da justiça.
- b) o regular prosseguimento do feito, sem a imposição de penalidade específica ao réu, que só poderia ser penalizado caso não tivesse comparecido à audiência de instrução e julgamento.
- c) a condenação do réu por litigância de má-fé, com o pagamento de multa de até 10% (dez por cento) do valor corrigido da causa.
- d) a aplicação da pena de confesso ao réu, diante de sua recusa a depor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 385, §1º, do Código de Processo Civil – CPC: “Se a parte, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de confesso, não comparecer ou, comparecendo, se recusar a depor, o juiz aplicar-lhe-á a pena.”

Logo, as alternativas A, B e C estão incorretas, pois os requerimentos do advogado de Arthur estariam equivocados, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa D.

QUESTÃO 53. Humberto, em conjunto com seus amigos Paulo e Maria, eram os únicos sócios da Sociedade Incorporadora Ltda.

Com o falecimento de Humberto e considerando que nenhum de seus sucessores integrava o quadro societário da Sociedade Incorporadora Ltda., seu espólio ajuizou ação de dissolução parcial da referida sociedade, requerendo a citação apenas de Paulo e Maria.

Devidamente citados, Paulo e Maria concordaram com o pedido formulado na ação, pelo que o juiz proferiu sentença decretando a dissolução parcial da sociedade em relação ao espólio de Humberto e condenando Paulo e Maria ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência. Na sentença, o juiz relegou a apuração de haveres da sociedade para a fase subsequente e imediata de liquidação.

Diante da situação hipotética acima descrita, assinale a afirmativa correta.

a) A sentença proferida pelo juiz está contaminada por vício de nulidade, tendo em vista que a Sociedade Incorporadora Ltda. não foi citada para integrar a lide, concordando com o pedido ou contestando a ação.

b) Paulo e Maria poderão interpor recurso de apelação contra a sentença, sob o argumento de que, não tendo eles se oposto ao pedido de dissolução parcial da sociedade, descaberia ao juiz condená-los ao pagamento de honorários advocatícios de sucumbência.

c) Ainda que não realizada a partilha dos bens de Humberto, seu espólio não possui legitimidade para ajuizar a ação, pois a legitimidade para requerer a dissolução parcial da Sociedade Incorporadora Ltda. é apenas dos sócios remanescentes, Paulo e Maria.

d) O juiz não poderia ter determinado a apuração de haveres na fase subsequente e imediata de liquidação, visto ser necessário para a referida a apuração o ajuizamento de ação autônoma, distinta da ação de dissolução parcial de sociedade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois o art. 601, parágrafo único, do Código de Processo Civil – CPC, dispensa a citação da sociedade se os sócios forem citados, veja-se: “A sociedade não será citada se todos os seus sócios o forem, mas ficará sujeita aos efeitos da decisão e à coisa julgada.”

A alternativa B está correta, nos termos do art. 603, caput e §1º, do CPC: “Havendo manifestação expressa e unânime pela concordância da dissolução, o juiz a decretará, passando-se imediatamente à fase de liquidação. § 1º Na hipótese prevista no caput, não haverá condenação em honorários advocatícios de nenhuma das partes, e as custas serão rateadas segundo a participação das partes no capital social.” Assim, tendo os sócios concordado com o pedido inicial e não tendo o juiz cumprido o disposto no Art. 603, 1º, do CPC, caberá a interposição do recurso de apelação.

A alternativa C está incorreta, pois o art. 600, inciso I, do CPC, autoriza a propositura da ação “pelo espólio do sócio falecido, quando a totalidade dos sucessores não ingressar na sociedade.”

Note-se que, de acordo com o enunciado da questão, “nenhum de seus sucessores integrava o quadro societário da Sociedade Incorporadora Ltda.”

A alternativa D está incorreta, pois, nos termos do art. 603 do CPC, “havendo manifestação expressa e unânime pela concordância da dissolução, o juiz a decretará, passando-se imediatamente à fase de liquidação.”

Assim, tendo os sócios concordado com a dissolução, foi acertada a conduta do juiz de passar de forma imediata à fase de liquidação, não sendo necessário o ajuizamento de ação autônoma.

QUESTÃO 54. Tatiana ingressou com ação de alimentos em face do seu ex-marido José, pleiteando pensão alimentícia no valor mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), e gratuidade de justiça que lhe foi concedida. No processo restou comprovado que José estava desempregado e com grave enfermidade, não tendo possibilidade de prestar alimentos.

Dessa forma, o pedido de alimentos foi julgado improcedente, sendo Tatiana condenada em honorários de sucumbência equivalentes a 10% sobre o valor da causa. Contudo, por ser beneficiária da gratuidade de justiça, a exigibilidade dos honorários de sucumbência ficou suspensa.

Dois anos após o trânsito em julgado da sentença, Tatiana ganhou sorteio lotérico e recebeu um prêmio milionário. Sabendo da atual situação de Tatiana, o advogado de José a procurou para cobrar os honorários de sucumbência fixados na ação de alimentos.

Considerando o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- a) O advogado de José poderá cobrar os honorários de sucumbência se, no prazo de 5 anos após o trânsito em julgado da sentença, demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade de justiça para Tatiana.
- b) Uma vez concedida a gratuidade de justiça, essa não poderá ser revista, razão pela qual o advogado de José não poderá cobrar os honorários de sucumbência.
- c) Após o trânsito em julgado da sentença não é possível cobrar honorários de sucumbência, ficando o advogado de José impedido de cobrar tal verba.
- d) O advogado de José poderá cobrar os honorários de sucumbência se, no prazo de 1 ano após o trânsito em julgado da sentença, demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade de justiça para Tatiana.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 98, §3º, do Código de Processo Civil – CPC: “Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário.”

Logo, não tendo ocorrido o decurso do prazo de 5 anos estipulado pelo CPC como condição suspensiva de exigibilidade e tendo deixado de existir a situação de insuficiência financeira de Tatiana (prêmio milionário de loteria), é cabível a cobrança dos honorários de sucumbência pelo advogado de José.

As alternativas B, C e D estão incorretas, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa A.

QUESTÃO 55. Joaquim celebrou com a concessionária Fast Cor Ltda. contrato de compra e venda de veículo, com força de título executivo, em que restou prevista a entrega do automóvel, com indicação de seu valor (R\$ 50.000,00), trinta dias após a avença.

Não cumprido o contrato, Joaquim ajuizou execução para a entrega de coisa certa em face da referida loja. Citada, a ré não satisfaz a obrigação, tendo a ordem de busca e apreensão restado infrutífera, uma vez que o bem não foi encontrado.

Na qualidade de advogado(a) de Joaquim indique a providência a ser adotada para que Joaquim seja ressarcido dos danos sofridos.

- a) Propor ação de conhecimento para que a ré seja condenada ao pagamento da indenização pelos danos sofridos, na medida em que a ação proposta foi unicamente de execução para entrega de coisa certa.

b) Pleitear, no mesmo processo, o recebimento tanto do valor da coisa como de perdas e danos, apurando-se em liquidação os prejuízos.

c) Pleitear, no mesmo processo, o recebimento apenas do valor da coisa, sujeitando-se ao arbitramento judicial.

d) Ajuizar outra execução, agora por quantia certa, uma vez que possui título executivo extrajudicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois não é necessário que Joaquim proponha nova ação de conhecimento para ser ressarcido dos danos sofridos, haja vista a possibilidade de ressarcimento na própria execução, conforme dispõe o art. 809, caput, do Código de Processo Civil – CPC: “O exequente tem direito a receber, além de perdas e danos, o valor da coisa, quando essa se deteriorar, não lhe for entregue, não for encontrada ou não for reclamada do poder de terceiro adquirente.”

A alternativa B está correta, pois o art. 809, caput, do CPC dispõe que: “O exequente tem direito a receber, além de perdas e danos, o valor da coisa, quando essa se deteriorar, não lhe for entregue, não for encontrada ou não for reclamada do poder de terceiro adquirente.” Além disso, o art. 809, §2º prevê que: “Serão apurados em liquidação o valor da coisa e os prejuízos.”

A alternativa C está incorreta, pois o arbitramento judicial ocorrerá apenas no caso em que não constar do título o valor da coisa e sendo impossível sua avaliação, com a apresentação de estimativa do exequente, conforme dispõe o art: 809, §1º, do CPC: “Não constando do título o valor da coisa e sendo impossível sua avaliação, o exequente apresentará estimativa, sujeitando-a ao arbitramento judicial.” O caso narrado não se encaixa na opção, pois no contrato de compra e venda, com força de título executivo, constou a indicação do valor do automóvel (R\$ 50.000,00).

A alternativa D está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa B.

QUESTÃO 56. Rafael ajuizou ação de despejo em face de Luiz, sob o fundamento de que Luiz não teria pago o aluguel do imóvel de sua propriedade nos últimos meses. Em primeira instância, foi proferida sentença que julgou improcedentes os pedidos formulados na petição inicial.

Rafael, então, interpôs apelação, a qual foi desprovida pelo tribunal. Posteriormente, Rafael interpôs recurso extraordinário contra o acórdão, alegando violação a uma série de dispositivos constitucionais.

Examinando o recurso extraordinário, a vice-presidência do tribunal negou-lhe seguimento, sob o fundamento de que o Supremo Tribunal Federal já havia reconhecido a inexistência de repercussão geral da questão constitucional discutida no referido recurso.

Diante do caso narrado, assinale a opção que indica a medida judicial a ser adotada por Rafael.

a) interposição de agravo em recurso extraordinário, para que o Supremo Tribunal Federal examine se o recurso extraordinário preenche ou não seus requisitos de admissibilidade.

b) interposição de recurso extraordinário, para que o Supremo Tribunal Federal reexamine a existência de repercussão geral da questão constitucional discutida no recurso.

c) interposição de agravo interno, no intuito de demonstrar a distinção entre a questão constitucional discutida no recurso extraordinário e a discutida no recurso no qual o Supremo Tribunal Federal não reconheceu a existência de repercussão geral.

d) ajuizamento de reclamação constitucional, tendo em vista que apenas a presidência do tribunal de segunda instância tem competência para examinar o preenchimento dos requisitos de admissibilidade do recurso extraordinário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa C.

A alternativa C está correta, nos termos dos arts. 1.030, inciso I, alínea “a” c/c 1.030, §2º, do Código de Processo Civil – CPC: “Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido, que deverá: I – negar seguimento: a) a recurso extraordinário que discuta questão constitucional à qual o Supremo Tribunal Federal não tenha reconhecido a existência de repercussão geral ou a recurso extraordinário interposto contra acórdão que esteja em conformidade com entendimento do Supremo Tribunal Federal exarado no regime de repercussão geral. (...) Da decisão proferida com fundamento nos incisos I e III caberá agravo interno, nos termos do art. 1.021.”

A alternativa D está incorreta, pois o art. 1.030, caput, do CPC, autoriza tanto a presidência quanto a vice-presidência do Tribunal para examinar o preenchimento dos requisitos de admissibilidade do recurso extraordinário: “Recebida a petição do recurso pela secretaria do tribunal, o recorrido será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, findo o qual os autos serão conclusos ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal recorrido (...)”

QUESTÃO 57. Após rigorosa fiscalização, uma empresa provedora de Internet verificou que sua rede de wifi com senha bloqueada estava sendo indevidamente utilizada por um grupo de pessoas. Após notícia de fato formulada pela empresa, a Delegacia de Polícia instaurou Inquérito, tendo o Delegado Titular proferido relatório final pelo indiciamento dos envolvidos pelo crime de furto, na figura do Art. 155, § 3º, do Código Penal: "Equipara-se à coisa móvel a energia elétrica ou qualquer outra que tenha valor econômico".

Diante do caso descrito, é correto afirmar que o indiciamento pelo crime de furto é:

a) inadmissível, tendo em vista que no Direito Penal não cabe analogia in malam partem.

b) admissível, tendo em vista que no Direito Penal cabe analogia in bonam partem.

c) inadmissível, pois a conduta dos investigados constitui fato atípico, tendo em vista a incidência do Princípio da Legalidade Estrita.

d) admissível, pois se trata de hipótese de interpretação analógica, cabível no Direito Penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A analogia, como técnica de integração do ordenamento jurídico, não pode ser efetivada, no âmbito penal, em desfavor do réu, sob pena de violação do princípio da legalidade, insculpido no artigo 5º, XXXIX, da CF e no artigo 1º do CP. Todavia, a aplicação do disposto no artigo 155, §3º, do CP às hipóteses de furto de sinal de wifi, não se caracteriza como uso da analogia in malam partem, uma vez que, considerando a parte final do referido dispositivo (“qualquer outra que tenha valor econômico”) há abertura legal para realização da interpretação analógica.

A alternativa B está incorreta. Embora seja admissível a analogia in bonam partem no bojo do direito penal, no caso em apreço, esta não se verifica, uma vez que sua utilização pressupõe a criação de uma situação mais favorável ao réu.

A alternativa C está incorreta. Conforme retratado na alternativa “a”, a utilização da interpretação analógica, em razão da parte final do artigo 155, §3º, do CP não exprime técnica de integração do ordenamento jurídico, mas sim, regra de interpretação, a qual não viola a legalidade estrita.

A alternativa D está correta. A interpretação analógica se caracteriza como um procedimento de comparação da norma penal entre seus próprios termos, não ferindo a legalidade, pois é posta em prática quando a própria

lei a prevê essa analogia interna (NUCCI, 2022). Sendo assim, no caso em questão, é admissível, em tese, considerando o disposto no artigo 155, §3º, do CP, a utilização da interpretação analógica, aplicando-se o referido dispositivo às hipóteses de utilização clandestina do sinal de wifi.

QUESTÃO 58. Francisco, funcionário público concursado de uma autarquia federal recebeu de seu órgão de atuação um notebook funcional, tendo assinado livro de carga referente ao objeto e assumido o compromisso de zelar pelo bem da administração. Durante suas férias, Francisco viaja para uma pousada no interior do estado de São Paulo e leva o computador na mochila, uma vez que tinha o costume de assistir séries através do aparelho. Durante sua estadia na pousada, Francisco leva o notebook para a piscina e o coloca na mesa onde deixara seus demais pertences. Após se ausentar por cerca de 40 minutos para jogar uma partida de futebol, retorna para a piscina e constata que o notebook fora furtado. Desesperado, procura a administração do local que após analisar as câmeras de segurança não consegue identificar quem teria subtraído o computador.

Diante dos fatos, o órgão funcional ao qual Francisco era vinculado instaura procedimento administrativo e, ato contínuo, encaminha pedido de instauração de Inquérito na Polícia Federal que culmina no oferecimento de denúncia por parte do Ministério Público Federal pela prática do crime de peculato culposo. Francisco procura a repartição pública e se oferece para pagar o valor referente ao notebook, o que é aceito, sendo certo que ressarcimento ao erário se deu antes do julgamento da ação penal.

Diante dos fatos narrados, é correto afirmar que Francisco

- a) terá direito à redução de metade da pena pelo fato de o ressarcimento ter sido feito após o recebimento da denúncia.
- b) terá direito à extinção da punibilidade pelo fato de o ressarcimento ter sido feito antes da sentença irrecorrível.
- c) não terá direito à atenuante referente à reparação do dano, prevista no art. 65, inciso III, alínea b, do CP, na medida em que esta exige a reparação do dano antes do recebimento da denúncia.
- d) poderá ser beneficiado pelo arrependimento posterior, previsto no Art. 16 do Código Penal em razão de ter reparado o dano antes da sentença.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Conforme o artigo 312, §3º, do CP: “a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta”. Portanto, não haverá apenas a redução da pena, mas, na verdade, a extinção da punibilidade.

A alternativa B está correta. Conforme o artigo 312, §3º, do CP: “a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta”.

A alternativa C está incorreta. Conforme o artigo 312, §3º, do CP: “a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta”. Portanto, não é necessário analisar a aplicação da referida atenuante da pena.

A alternativa D está incorreta. Conforme o artigo 312, §3º, do CP: “a reparação do dano, se precede à sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta”. Portanto, não é necessário recorrer à aplicação do arrependimento posterior.

QUESTÃO 59. Maria, adolescente de 13 anos, procura seu tio Roberto e informa que está grávida, mas que não deseja ter o filho, motivo pelo qual pede sua ajuda para interromper a gravidez. Roberto, diante da solicitação de sua sobrinha, resolve ajudá-la e realiza a manobra abortiva, vindo a causar a morte

do feto, chegando Maria a expelir o produto da concepção de seu corpo. Acerca da responsabilização penal de Roberto e Maria, assinale a afirmativa correta.

a) Maria responderá pelo ato infracional análogo ao crime de aborto praticado pela gestante e Roberto será responsabilizado como partícipe do crime de aborto praticado pela gestante, previsto no Art. 124 do CP.

b) Maria não será responsabilizada penalmente e Roberto responderá pelo crime de aborto sem o consentimento da gestante, previsto no Art. 125 do CP.

c) Maria será responsabilizada por ato infracional análogo ao crime de aborto praticado pela gestante e Roberto será responsabilizado pelo crime de aborto com o consentimento da gestante, previsto no Art. 126 do CP.

d) Maria não será responsabilizada penalmente e Roberto será responsabilizado pelo crime de aborto com o consentimento da gestante, previsto no Art. 126 do CP.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. Contudo, é passível de anulação, pois a **alternativa D também está correta**.

A alternativa A está incorreta. Considerando que Maria é menor de 14 anos, necessariamente, deverá considerada vítima de estupro de vulnerável, previsto no artigo 217-A do CP, portanto, o aborto por ela praticado estará abarcado pelo artigo 128, II, que impede a punição do fato. A segunda parte da alternativa também está equivocada, pois apenas a mulher grávida poderá ser o sujeito ativo do crime insculpido no artigo 124 do CP.

A alternativa B está correta. Maria, vítima de estupro de vulnerável, não poderá ser responsabilizada. Roberto, ao seu turno, responderá pela pena do 125, pois o consentimento ofertado por Maria não é válido, nos termos do artigo 126, parágrafo único, do CP. Sendo assim, a alternativa escolhida pela banca se mostra, tecnicamente, problemática, uma vez que Roberto responderá pelo artigo 126, parágrafo único, do CP, o qual estabelece que a pena será aquela estabelecida no artigo 125. Logo, ele não responderá pelo artigo 125 do CP em si, mas pela pena correspondente, sob pena do parágrafo único do artigo 126 se tornar letra morta.

A alternativa C está incorreta. Considerando que Maria é menor de 14 anos, necessariamente, deverá considerada vítima de estupro de vulnerável, previsto no artigo 217-A do CP, portanto, o aborto por ela praticado estará abarcado pelo artigo 128, II, o qual impede a punição do fato.

A alternativa D está correta embora tenha sido considerada incorreta pela banca. Maria, vítima de estupro de vulnerável, não poderá ser responsabilizada. Roberto, ao seu turno, responderá pelo artigo 126, pois atuou com o consentimento da gestante. Todavia, para tanto, deve-se considerar o parágrafo único do referido dispositivo, o qual, como norma remissiva, estabelece que, nos casos de gestantes menores de 14 anos, o referido consentimento não é válido, aplicando-se a pena do artigo 125.

QUESTÃO 60. Bruno, 20 anos, residente no Rio de Janeiro/RJ, conduzia seu veículo de madrugada com destino à cidade de São Paulo/SP. Bruno dirigia dentro da velocidade permitida, portando carteira de habilitação e seu veículo apresentava condições adequadas de tráfego. Em determinado momento, André, 21 anos, que conduzia uma motocicleta alcoolizado, na outra mão, entrou na faixa na qual trafegava Bruno, violando a regra legal de mudança de faixa de rolamento. Bruno não conseguiu frear o veículo e evitar o contato. O veículo e a motocicleta chocaram-se lateralmente. Na sequência, André caiu da moto e esbarrou num fio de alta tensão que estava rompido de um poste na estrada. Bruno, assustado com o ocorrido, acelerou seu veículo, em retirada. Após 1 km, avistou um posto policial, mas acometido por forte emoção, optou por não parar para comunicar o fato. André permaneceu em coma por uma semana e depois veio a óbito. O laudo de necropsia constatou que a causa mortis foi determinada por eletrocussão, em razão do contato com fio de alta tensão. Pelas razões expostas, analise penalmente as condutas praticadas por Bruno e assinale a afirmativa correta.

- a) Deverá ser penalmente responsabilizado por omissão de socorro (Art. 304 do CTB), tendo em vista que o resultado morte foi determinado por culpa exclusiva da vítima.
- b) Ele não praticou crime algum, porque a presença de concausa independente afasta a imputação de homicídio culposo, assim como a violenta emoção afasta a tipicidade do crime de omissão de socorro.
- c) Deverá ser penalmente responsabilizado por homicídio culposo na condução de veículo, com a incidência da causa de aumento de omissão de socorro.
- d) Bruno deverá ser penalmente responsabilizado por homicídio culposo na condução de veículo e omissão de socorro, em concurso material.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O art. 304 do Código de Trânsito Brasileiro dispõe que configura o crime de omissão de socorro “deixar o condutor do veículo, na ocasião do sinistro, de prestar imediato socorro à vítima, ou, não podendo fazê-lo diretamente, por justa causa, deixar de solicitar auxílio da autoridade pública”. Ao não prestar socorro à vítima ou sequer alertar às autoridades públicas do ocorrido, Bruno incorreu no crime de omissão de socorro. Trata-se de crime de mera conduta, ou seja, o tipo penal nem mesmo contempla a ocorrência de um resultado naturalístico em sua descrição. Com relação ao resultado morte, todavia, por este não responderá Bruno, uma vez que o fato ocorreu exclusivamente por culpa da vítima, o que resulta no rompimento do nexo causal e, consequentemente, desvinculando o resultado da conduta do agente.

B) A alternativa B está incorreta. De fato, o caso em questão trata de uma concausa absolutamente independente, entendida como aquela que por si só produz o resultado, não possuindo qualquer origem ou relação com a conduta praticada. Assim, as concausas absolutamente independentes rompem o nexo causal, fazendo com que o agente responda apenas pelos atos praticados e não pelo resultado final. Contudo, a violenta emoção não se afigura como excludente de tipicidade para o crime de omissão de socorro, portanto configurado estará o delito mencionado.

C) A alternativa C está incorreta. Tendo em vista que não poderá ser imputado a Bruno o crime de homicídio culposo praticado na direção de veículo automotor (art. 302 do CTB), não incide a causa de aumento de pena descrita no art. 302, §1º, III, do CTB (no homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de 1/3 à metade, se o agente deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do sinistro), já que se trata de majorante prevista especificamente para o tipo penal em questão.

D) A alternativa D está incorreta. Conforme já mencionado nas alternativas anteriores, a ação do agente não se amolda ao crime de homicídio culposo praticado na direção de veículo automotor (art. 302 do CTB), uma vez que a culpa exclusiva da vítima rompe o nexo causal entre o resultado e a conduta do agente.

QUESTÃO 61. Luís Alberto, primário, foi condenado a uma pena de oito meses de detenção, em regime inicial aberto, por ter agredido sua companheira, causando-lhe lesões corporais. Na qualidade de advogado de Luís Alberto, assinale a opção que apresenta o benefício de natureza penal que pode, neste momento processual, ser pleiteado em favor do seu assistido.

- A) Aplicação de pena restritiva de direito, consistente em prestação de serviços à comunidade.
- B) Suspensão condicional da pena, pelo período de dois anos.
- C) Suspensão condicional do processo, pelo período de dois anos.
- D) Substituição da pena privativa de liberdade por multa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O art. 44, I, do Código Penal elenca como um dos requisitos necessários para se proceder à substituição de pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos que o crime não tenha sido cometido com violência ou grave ameaça à pessoa. Ademais, a súmula n. 588 do STJ preconiza que a prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos. Portanto, no caso em tela, por ter sido praticado o crime de lesão corporal em contexto de violência doméstica, se mostra incabível pleitear a substituição por qualquer modalidade de pena restritiva de direitos.

A alternativa B está correta. Muito embora a súmula nº 536 do STJ preceitue que “a suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha”, o entendimento atual do STJ é no sentido que é cabível a suspensão condicional da pena aos crimes e contravenções praticados em contexto de violência doméstica, desde que preenchidos os requisitos previstos no art. 77 do Código Penal (AgRg no REsp 1.691.667/RJ).

A alternativa C está incorreta. De acordo com entendimento sumulado do STJ, “a suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha” (súmula n. 536 do STJ).

A alternativa D está incorreta. De acordo com a lei nº 11.340/2006, em seu art. 17, “é vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa”.

QUESTÃO 62. Alan é bombeiro civil e, atendendo a uma ocorrência, foi retirar um suposto animal selvagem de um condomínio residencial. Lá chegando, deparou-se com um aparente filhote de onça, o qual foi recolhido por Alan, que deveria levar o animal ao Centro de Triagem, distante do local onde encontrado (e que seria o procedimento adequado). Porém, Alan teve a iniciativa de deixar o felino em uma área de mata próxima ao condomínio, onde imaginava ser o habitat natural do animal, e, assim, poupar seu tempo.

Carmen, residente no referido condomínio, ao chegar em casa, percebeu que seu gato Bengal (raça caracterizada por ser muito similar a uma onça) está desaparecido. Ao saber do ocorrido, percebeu que seu gato foi confundido com um filhote de onça e, por isso, foi levado por Alan e deixado na área de mata. Assim, Carmen procurou a Delegacia de Polícia e relatou o ocorrido.

Neste caso, como advogado de Alan, é correto afirmar, sobre a conduta de seu assistido, que houve erro

A) de tipo permissivo, uma vez que Alan pensava agir sob estrito cumprimento de dever legal, e por isso, sua conduta lícita, abarcada por excludente de licitude.

B) de tipo inescusável, pois Alan efetivamente se confundiu sobre espécie do animal, mas deixou de adotar as cautelas devidas, excluindo-se apenas o dolo.

C) de tipo escusável, pois Alan efetivamente não conhecia a espécie do animal apreendido, tendo adotado todas as cautelas que lhe eram exigidas na situação, de forma a excluir dolo e a culpa.

(D) de proibição, tendo em vista que Alan não conhecia a espécie de animal doméstico, afastando-se a culpabilidade da sua conduta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O erro de tipo permissivo, também chamado de discriminante putativa, ocorre quando o agente possui uma falsa percepção sobre os pressupostos fáticos de uma causa de justificação, acreditando estar presente uma das excludentes de ilicitude, quais sejam: legítima defesa, estado de necessidade, estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito; em outras palavras, o agente age sob a crença de que sua conduta está acobertada por uma excludente de ilicitude, quando em verdade isto não ocorre. O Código Penal dispõe que “é isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas

circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima” (art. 20, §1º, primeira parte do CP). No caso em análise, a conduta de Alan de soltar o animal em uma mata não foi impelida por uma distorção fática quanto a presença de uma excludente de ilicitude.

A alternativa B está correta. O erro de tipo incriminador ocorre quando a falsa percepção da realidade tida pelo agente incide sobre situação fática prevista como elementar ou circunstância do tipo penal. A doutrina subdivide o conceito de erro em duas espécies: 1) Erro escusável, presente quando se verificar, pelas circunstâncias concretas, que qualquer pessoa de mediana prudência e discernimento, na situação em que o agente se encontrava, incorreria no mesmo erro; e 2) Erro inescusável, sendo assim classificado quando se verificar que uma pessoa de mediana prudência e discernimento, na situação em que o sujeito se encontrava, não cometeria o mesmo erro. De acordo com o art. 20, caput, do CP, “o erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei”. No caso em tela, Alan incorreu em erro quanto à espécie do animal, mas, ao ser negligente no que toca à destinação dada ao animal, sua conduta se amoldou à prática de crime culposos, passível de persecução penal.

A alternativa C está incorreta. A conduta de Alan se encaixa na prática da modalidade culposa do delito, tendo em vista que o agente não tomou as devidas providências que o contexto fático exigia, incorrendo em ação negligente da sua parte. Conforme o art. 20, caput, do CP, é possível a punição por crime culposos no erro de tipo, caso possua previsão legal para tanto.

A alternativa D está incorreta. No erro de proibição, ocorre uma falsa percepção da realidade que recai sobre a ilicitude do comportamento do agente, ou seja, quando em erro de proibição, o agente sabe exatamente o que faz, mas desconhece que sua conduta é contrária ao Direito Penal. O Código Penal dispõe, no artigo 21, que “o desconhecimento da lei é inescusável”. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço”. Contudo, na questão em análise percebe-se que a ação do agente não foi pautada em um desconhecimento da lei, tendo em vista que estava ciente do procedimento adequado a ser adotado naquela determinada situação.

PROCESSO PENAL

QUESTÃO 63. Margot adquiriu de César, de boa-fé e a título oneroso, um imóvel mas não levou o instrumento ao Registro de Imóveis competente. Por isso, quando César foi acusado de prática de crimes em uma ação penal, vindo a sofrer sequestro de todos os seus bens imóveis, foi incluído na ordem de sequestro o imóvel adquirido por Margot.

Nessa situação hipotética, como advogado de Margot, assinale a opção que, de acordo com as disposições do Código de Processo Penal, melhor defenda os interesses de sua assistida.

- a) Por não ser parte no processo penal, Margot não pode opor embargos ao sequestro, devendo efetuar pedido de reconsideração**
- b) Margot pode opor embargos ao sequestro, alegando que a aquisição ocorreu a título oneroso e de boa-fé**
- c) Por não ser parte no processo penal originário, Margot deve impetrar mandado de segurança em face da decisão que determinou o sequestro.**
- d) Margot pode opor embargos ao sequestro, alegando que os bens não foram adquiridos com os proventos da infração penal.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Conforme o artigo 130, II, do CPP, é possível que terceiro oponha embargos ao sequestro de bens que lhe atinja: “O seqüestro poderá ainda ser embargado: (...) II - pelo terceiro, a quem houverem os bens sido transferidos a título oneroso, sob o fundamento de tê-los adquirido de boa-fé.”

A alternativa B está correta. Conforme o artigo 130, II, do CPP, é possível que terceiro oponha embargos ao sequestro de bens que lhes tenham sido transferidos a título oneroso, sob o fundamento de que foram adquiridos de boa-fé: “O seqüestro poderá ainda ser embargado: (...) II - pelo terceiro, a quem houverem os bens sido transferidos a título oneroso, sob o fundamento de tê-los adquirido de boa-fé.

A alternativa C está incorreta. Conforme já destacado acima, à luz do artigo 130, II, do CPP, o recurso cabível é o embargo, de modo que, não se mostra possível o manejo do Mandado de Segurança, sob pena de utilização deste como sucedâneo recursal. Neste sentido, a Súmula 267 do STF dispõe: “Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição”. Da mesma forma, o artigo 5, II, da 12.016/09, que regulamenta o Mandado de Segurança, veda o uso deste em face de “decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo”.

A alternativa D está incorreta. Conforme o artigo 130, II, do CPP, é possível que terceiro oponha embargos ao sequestro de bens que lhes tenham sido transferidos a título oneroso, o fundamento, todavia, é a aquisição dos bens de boa-fé: “O seqüestro poderá ainda ser embargado: (...) II - pelo terceiro, a quem houverem os bens sido transferidos a título oneroso, sob o fundamento de tê-los adquirido de boa-fé.

QUESTÃO 64. A Polícia civil ingressou na residência de Gustavo com o objetivo de cumprir mandado de prisão em desfavor de seu filho, Mariano, o qual era acusado de tráfico de drogas. A ordem de prisão foi expedida pelo Juiz de Direito da Comarca

Durante o cumprimento do mandado de prisão, a Polícia pegou o telefone celular de Gustavo, desbloqueado, que estava sobre uma mesa da residência e, sem sua autorização, passou a verificar seu conteúdo, constatando material de pornografia infantil, armazenado e compartilhado via aplicativo de troca de mensagens instantâneas, acessível pela internet a partir de qualquer país.

Diante disso, a Polícia imediatamente realizou a prisão em flagrante de Gustavo.

Sobre o meio de obtenção da prova extraído do celular de Gustavo assinale a afirmativa correta

a) nula, e a nulidade decorre de fato de ser a pornografia infantil na internet crime de competência federal, de forma que somente a Polícia Federal poderia realizar a prisão em flagrante.

b) É válida, pois foi um encontro fortuito de provas, uma vez que os policiais tinham autorização legal para ingresso no domicílio de Gustavo e Mariano

c) É ilícita, pois cumprimento de mandado de prisão não compreende a autorização para busca em residência ou para o acesso a dados telemáticos, o que demandaria ordem judicial específica

d) É anulável, porque somente com mandado de busca apreensão se poderia livremente acessar o conteúdo de comunicação telemática, ainda que diverso o destinatário do mandado, podendo a autoridade judiciária, entretanto, ratificar a diligência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Conforme se depreende do artigo 301 do CPP, qualquer do povo poderá realizar a prisão em flagrante, e as autoridades policiais têm o dever de fazê-lo: “Art. 301. Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito”. Portanto, a competência jurisdicional não limita a possibilidade da prisão em flagrante à Polícia Federal.

A alternativa B está incorreta. Conforme o entendimento do STJ é “Ilícita é a devassa de dados, bem como das conversas de whatsapp, obtidas diretamente pela polícia em celular apreendido no flagrante, sem prévia autorização judicial (RHC 51.531/RO)”. Portanto, no caso em apreço, considerando a ausência de anuência do investigado, a devassa no aparelho não poderia ter ocorrido.

A alternativa C está correta. O STJ, através do HC 695.457, entendeu que: “O cumprimento de mandado de prisão não justifica a realização de busca na residência do agente, procedimento que demanda autorização

judicial expressa ou a autorização explícita e espontânea do réu”. Já no REsp 1920404/PA, o STJ entendeu que: “É ilícita a devassa de dados e das conversas de whatsapp, obtidas diretamente pela polícia em celular apreendido, por ocasião da prisão em flagrante, sem prévia autorização judicial.”

A alternativa D está incorreta. No julgamento do HC 663.055/MT o STJ considerou ilegal a prática do fishing expedition, de modo que as provas dela resultante são reputadas ilícitas: “Admitir a entrada na residência especificamente para efetuar uma prisão não significa conceder um salvo-conduto para que todo o seu interior seja vasculhado indistintamente, em verdadeira pescaria probatória (fishing expedition), sob pena de nulidade das provas colhidas por desvio de finalidade.(HC 663.055/MT , julgado em 22/03/2022, disponível no informativo 731).” Portanto, o ingresso em morada alheia deve se circunscrever apenas ao estritamente necessário para cumprir a finalidade da diligência, conforme se extrai do artigo 248 do CPP, segundo o qual: “Em casa habitada, a busca será feita de modo que não moleste os moradores mais do que o indispensável para o êxito da diligência”.

QUESTÃO 65. Flávia foi acompanhada por você, na qualidade de advogado(a), à presença da Autoridade Policial, para noticiar a prática dos crimes de apropriação indébita e fraude processual supostamente praticados por seu ex-marido, descrevendo a prática do crime, fornecendo os dados qualificativos completos do suposto autor do fato, apresentando rol de testemunhas e anexando documentação pertinente à materialidade delitiva e de indícios de autoria.

O Delegado de Polícia Civil, após cinco dias da confecção do registro da ocorrência, sem que tenha sido praticado nenhum ato para a verificação da procedência das informações, despachou nos autos do Inquérito Policial pelo indeferimento da instauração do Inquérito Policial e determinou a suspensão do procedimento. Nesse caso, você deve

- a) requerer a remessa dos autos ao Ministério Público para que se manifeste, uma vez que o Delegado de Polícia não possui poderes para arquivar o procedimento.**
- b) requerer a remessa dos autos ao Juízo para que se manifeste, uma vez que o Delegado de Polícia não possui poderes para arquivar o procedimento.**
- c) apresentar recurso para a Chefia de Polícia para que se manifeste sobre o indeferimento da instauração do Inquérito Policial.**
- d) apresentar recurso ao Ministério Público para que se manifeste sobre o indeferimento da instauração do Inquérito Policial.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Conforme se depreende do artigo 5º, §2º, do CPP, “ Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.”

A alternativa B está incorreta. Conforme se depreende do artigo 5º, §2º, do CPP, “ Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.”

A alternativa C está correta. Conforme se depreende do artigo 5º, §2º, do CPP, “ Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.”

A alternativa D está incorreta. Conforme se depreende do artigo 5º, §2º, do CPP, “ Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito caberá recurso para o chefe de Polícia.”

QUESTÃO 66. Luciane ajuizou na Vara Criminal da Comarca de Roma (ES) uma ação penal privada contra Jorge (guarda municipal daquele município) por crime de injúria (Art. 140, caput, do CP). Antes de oferecer a queixa-crime, Luciane propôs uma ação cível de indenização contra Jorge e não conseguiu

citá-lo pessoalmente em sua residência, sita no próprio Município de Roma (ES), tendo em vista que o oficial de justiça certificou que esteve em duas oportunidades na casa de Jorge e não o localizou.

Luciane foi informada por vizinhos que Jorge estava temporariamente residindo com sua mãe na cidade vizinha de Oeiras (ES), onde ela já havia passado um final de semana. Em se tratando de infração penal de menor potencial ofensivo, você, como advogado(a) da querelante, deverá, na ação penal privada, requerer a citação de Jorge

a) por intermédio do seu chefe de serviço, em razão de Jorge ser guarda municipal, expedindo-se ofício ao comandante da Guarda Municipal.

b) por hora certa, haja vista que Jorge estava se ocultando para não ser encontrado.

c) por carta precatória, visto que Jorge está residindo temporariamente fora da jurisdição do juiz processante, considerando que a querelante tinha conhecimento do endereço da mãe do querelado na Comarca de Oeiras (ES).

d) por correspondência com aviso de recebimento em mão própria, considerando que a querelante tinha conhecimento do endereço da mãe do querelado na Comarca de Oeiras (ES).

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A citação por intermédio do Chefe de Serviço se aplica aos Militares, à luz do artigo 358 do CPP: “A citação do militar far-se-á por intermédio do chefe do respectivo serviço”, o que não é aplicado aos guardas municipais.

A alternativa B está incorreta. A citação por hora certa é aplicável apenas quando o citado está se ocultando, conforme o artigo 362 do CPP: “Verificando que o réu se oculta para não ser citado, o oficial de justiça certificará a ocorrência e procederá à citação com hora certa(...)”

A alternativa C está correta. Nos casos em que o citando está fora da jurisdição do juízo processante, a citação deve ocorrer por meio da carta precatória, nos termos do artigo 353 do CPP: “Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante precatória.”

A alternativa D está incorreta. Nos casos em que o citando está fora da jurisdição do juízo processante, a citação deve ocorrer por meio da carta precatória, nos termos do artigo 353 do CPP: “Quando o réu estiver fora do território da jurisdição do juiz processante, será citado mediante precatória.”

QUESTÃO 67. Arthur e sua esposa Aline, residentes no Distrito Federal, decidem viajar em um cruzeiro, partindo de Fortaleza com destino à cidade do Rio de Janeiro e fazendo uma parada em Recife. Durante passagem pela costa pernambucana, em alto-mar, o casal tem uma discussão e Arthur agride Aline, vindo a ser contido por seguranças do navio e retirado logo na primeira parada. Aline sofreu lesão que a incapacitou para suas atividades habituais por mais de trinta dias, mas que não deixou sequelas ou debilidade permanente. Assinale a opção que indica a autoridade judiciária competente para processar Arthur.

a) O Juizado Especial Federal da cidade do Rio de Janeiro.

b) O Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Distrito Federal.

c) O Juízo Federal de Recife.

d) A Vara Criminal da Comarca de Fortaleza.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Considerando a incapacitação por período superior a 30 dias, resta configurada lesão de natureza grave, nos termos do artigo 129, §1º, do CP, cuja pena máxima é de 5 anos, superior,

portanto, ao estabelecido no artigo 61 da Lei 9.099/95. De mais a mais, o artigo 41 da Lei Maria da Penha veda a incidência da lei 9.099/95 aos crimes praticados com violência doméstica. Desta forma, o crime em tela não poderia ser julgado pelo Juizado Especial Federal.

A alternativa B está incorreta. Conforme o artigo 109, IX, da CF, compete à justiça federal julgar “os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar”. Portanto, a justiça estadual é incompetente para dirimir o presente caso.

A alternativa C está correta. Conforme o artigo 109, IX, da CF, compete à justiça federal julgar “os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar”. Ademais, o artigo 89 do CPP dispõe que compete ao primeiro porto que tocar a embarcação, após o crime, o processamento deste, senão vejamos: “Os crimes cometidos em qualquer embarcação nas águas territoriais da República, ou nos rios e lagos fronteiriços, bem como a bordo de embarcações nacionais, em alto-mar, serão processados e julgados pela justiça do primeiro porto brasileiro em que tocar a embarcação, após o crime, ou, quando se afastar do País, pela do último em que houver tocado.”

A alternativa D está incorreta. Conforme o artigo 109, IX, da CF, compete à justiça federal julgar “os crimes cometidos a bordo de navios ou aeronaves, ressalvada a competência da Justiça Militar”. Portanto, a justiça estadual é incompetente para dirimir o presente caso.

QUESTÃO 68. João dirigia seu veículo, um Porsche Cayenne ano 2015, por uma rodovia quando, em abordagem de rotina, foi parado pela Polícia Militar. João exibiu sua carteira nacional de habilitação e o certificado de registro e licenciamento de veículo (CRLV) do ano corrente. Após consulta ao sistema, o que é feito rotineiramente em abordagens na estrada, a Polícia Militar constatou que o CRLV era falso e o veículo era produto de roubo. João admitiu que pagou cerca de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) pelo veículo, avaliado em R\$ 400.000,00, mas que não sabia que o veículo havia sido roubado, exibindo o respectivo recibo. Sabe-se que a pena do crime de receptação é de 1 a 4 anos e multa; e que a pena do crime de uso de documento público falso é de 2 a 6 anos e multa. Considerando a situação hipotética acima, assinale a opção que contém as regras processuais penais corretamente aplicáveis ao caso.

(A) A circunstância de o acusado ter adquirido o bem por preço muito inferior ao valor de mercado configura indício da prática de receptação.

(B) O delito de receptação, por expressa disposição legal, impõe a inversão do ônus da prova à defesa, cabendo a esta produzir a prova no sentido do desconhecimento da origem ilícita do bem.

(C) A comprovação da materialidade do delito de uso de documento materialmente falso prescinde de produção de prova pericial.

(D) O processo deve ser desmembrado, pois é cabível suspensão condicional do processo à receptação, devendo o feito prosseguir em relação ao uso de documento falso.

Comentários

A alternativa apontada pela banca como **correta é a letra A**. Contudo, é passível de anulação, pois a **alternativa C também está correta**.

A alternativa A está correta. Conforme o artigo 180, §3º, do CP, § 3º a “desproporção entre o valor e o preço” é indício para que se presuma a origem ilícita do bem.

A alternativa B está incorreta. Não há disposição legal neste sentido. Ademais, conforme a jurisprudência, exigir que a defesa apresente provas da ilicitude do bem não significa inverter o ônus da prova: “no crime de receptação, se o bem houver sido apreendido em poder do paciente, caberia à defesa apresentar prova da origem lícita do bem ou de sua conduta culposa, nos termos do disposto no art. 156 do Código de Processo Penal, sem que se possa falar em inversão do ônus da prova. (HC 626.539/RJ)”.

A alternativa C está incorreta, todavia deveria ter sido considerada correta. Embora a banca tenha considerado a questão incorreta, a jurisprudência é farta em estabelecer que a prova pericial é prescindível nos crimes de uso de documento falso: “(...) inexistindo prévia manifestação da defesa no sentido da necessidade de realização de exame pericial na fase instrutória, não se vislumbra qualquer ilegalidade na condenação do paciente pelo delito previsto no artigo 304 do Código Penal fundamentada em documentos e testemunhos constantes do processo. (HC 307.586/SE)”.

A alternativa D está incorreta. A Súmula 243 do STJ dispõe que: “O benefício da suspensão do processo não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um (01) ano.”. Portanto, no caso em tela, considerando que a soma das penas mínimas superaria um ano, não seria possível aplicar a suspensão condicional do processo no caso em tela.

QUESTÃO 69. Manoel, empresário do segmento de alimentação, desempenha suas atividades como sócio administrador de sua sociedade empresária, a qual desenvolve suas atividades em mais de uma cidade, recebendo seu pro-labore regularmente. Além da condição de empresário, Manoel também é engajado em diversas ações voluntárias em prol de pessoas carentes.

Diante dessa realidade, sobre os direitos previdenciários de Manoel assinale a afirmativa correta.

a) Devido à atividade beneficente de Manoel, ele poderá verter contribuições ao Regime Geral de Previdência Social na condição de facultativo, além de seus aportes como empresário.

b) Na condição de empresário administrador de sua sociedade empresária, Manoel é segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social, como contribuinte individual.

c) Manoel, na condição de administrador de sua sociedade, não poderá aposentar-se por invalidez, tendo em vista a prestação ser restrita a segurados empregados, somente.

d) Manoel, caso encerre suas atividades profissionais, não poderá manter recolhimentos ao Regime Geral de Previdência Social, haja vista a perda da qualidade de segurado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A questão exigia do candidato o conhecimento do Decreto nº 3.049/1999, em especial sobre os segurados obrigatórios da Previdência Social.

O art. 9º, V, “e”, item “4”, do Decreto nº 3.049/1999 dispõe que são segurados obrigatórios da previdência social as seguintes pessoas físicas, como contribuinte individual, o sócio solidário, o sócio gerente, o sócio cotista e o administrador, quanto a este último, quando não for empregado em sociedade limitada, urbana ou rural, desde que receba remuneração decorrente de trabalho na empresa.

Manoel se enquadra perfeitamente como contribuinte individual, já que é sócio administrador de sua sociedade empresária e é remunerado por tal atividade, razão pela qual a **alternativa B está correta**.

A alternativa A está incorreta, pois a atividade beneficente de Manoel não interfere no regime ou destinações das suas contribuições para a Previdência Social.

A alternativa C está incorreta, pois não há na legislação ressalva para a concessão da aposentadoria ao sócio administrador de sua própria sociedade empresária, uma vez que se trata de contribuinte individual e, portanto, segurado da Previdência Social. Ademais, é importante acrescentar que o termo “aposentadoria por invalidez” foi substituído pelo termo “Aposentadoria por incapacidade permanente”, pelo Decreto nº 10.410/2020.

A alternativa D está incorreta, pois o encerramento das atividades não implica na impossibilidade de Manoel recolher suas contribuições à Previdência Social, podendo ele se enquadrar em outra forma de contribuinte individual.

QUESTÃO 70. Maria, empregada doméstica, deu à luz um menino. No mês em que seu filho nasceu, foram contabilizadas sete contribuições mensais feitas por ela para o Regime Geral de Previdência Social.

Em relação ao salário-maternidade solicitado por Maria, assinale a afirmativa correta.

- a) Ela tem direito, pois a concessão desse benefício para as empregadas domésticas independe de carência.
- b) Ela terá direito, desde que contribua por mais três meses para o Regime Geral de Previdência Social.
- c) Ela não tem direito, já que não cumpriu o período de carência para a concessão do benefício.
- d) Ela não tem direito, pois as empregadas domésticas não podem gozar desse benefício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

O art. 29, III, do Decreto nº 3.048/1999 dispõe que a carência mínima para a concessão de salário-maternidade é de dez contribuições mensais, contudo, conforme dispõe o art. 30, II, do Decreto nº 3.048/1999, independe de período de carência a concessão do benefício do salário-maternidade, para as seguradas empregadas domésticas.

Assim, Maria faz jus ao benefício previdenciário independentemente de carência, razão pela qual a alternativa A está correta.

As alternativas B, C e D estão incorretas, conforme comentário da alternativa A.

QUESTÃO 71. Anne é diretora não-empregada de uma grande multinacional. Ela tem contraprestação pecuniária elevada e algumas vantagens pelo cargo que ocupa como, por exemplo, veículo com motorista e o aluguel de uma espaçosa residência. Na última assembleia, no entanto, Anne levou a debate sua pretensão de receber mensalmente FGTS em conta vinculada.

Sobre a pretensão de Anne, de acordo com a lei de regência, assinale a afirmativa correta.

- a) A pretensão é inviável, porque Anne não tem o contrato regido pela CLT e, assim, não pode ter FGTS.
- b) Se a sociedade empresária desejar, poderá equiparar, para fins de FGTS, o diretor não-empregado aos demais trabalhadores.
- c) A Lei permite atender ao pedido, mas Anne terá creditada metade do percentual do FGTS de um empregado regular.
- d) Para ter direito ao FGTS, Anne terá que renunciar ao cargo que ocupa e passar a ser diretora empregada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois conforme art. 16 da Lei 8.036/90, a pretensão é sim viável.

A alternativa B está correta, pois conforme art. 16 da Lei 8.036/90, as empresas sujeitas ao regime da legislação trabalhista poderão equiparar seus diretores não empregados aos demais trabalhadores sujeitos ao regime do FGTS.

A alternativa C está incorreta, pois conforme art. 16 da Lei 8.036/90, é possível atender ao pedido, não havendo de se falar em metade do percentual.

A alternativa D está incorreta, pois conforme art. 16 da Lei 8.036/90, não há de se falar em renúncia ao cargo, sendo possível a equiparação.

QUESTÃO 72. Vladimir, formado em Educação Física, 28 anos de idade, era instrutor em uma academia de ginástica há 1 ano, com a CTPS devidamente assinada. Ao ser comunicado pelo empregador de sua dispensa sem justa causa, com aviso prévio que deveria ser trabalhado, Vladimir foi tomado de intensa emoção e teve um ataque cardíaco fulminante, vindo a óbito.

De acordo com a situação retratada e a norma de regência, assinale a afirmativa correta.

- a) A sociedade empresária será condenada pelo acidente do trabalho sofrido, mas não haverá indenização pela extinção do contrato porque o aviso prévio não foi cumprido.
- b) As verbas devidas serão pagas, em quotas iguais, aos dependentes de Vladimir habilitados perante a Previdência Social e, na falta, aos sucessores previstos na lei civil.
- c) Não haverá responsabilidade civil do empregador por se tratar de caso fortuito e a Lei determina, no caso de morte suspeita, a consignação em pagamento dos valores devidos.
- d) A morte do empregado extingue o contrato de trabalho e a indenização a ser paga será a metade do que é devido pela dispensa sem justa causa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois no caso narrado, conforme dispõe art. 1º da Lei 6.858/80, os valores devidos serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil.

A alternativa B está correta, posto que conforme art. 1º da Lei 6.858/80: “Os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento.”

A alternativa C está incorreta, pois no caso narrado, conforme dispõe art. 1º da Lei 6.858/80, os valores devidos serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil.

A alternativa D está incorreta, pois no caso narrado, conforme dispõe art. 1º da Lei 6.858/80, os valores devidos serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil.

QUESTÃO 73. Você advoga para uma rede de farmácias e recebeu uma petição inicial de reclamação trabalhista para elaborar defesa acerca de pedido de tempo despendido com troca de uniforme.

No caso, alega o autor que levava cerca de 20 minutos para vestir o uniforme, composto por calça social comum, camisa social simples e sapato comum, só podendo registrar o ponto já uniformizado. Afirma, ainda, que levava o uniforme diariamente para casa para higienizá-lo, podendo chegar às dependências do empregador já uniformizado.

Sobre a hipótese apresentada, observadas as normas da CLT, assinale a opção que você apresentaria em defesa de sua cliente.

- a) O tempo despendido para a troca de uniforme sempre será computado na duração do trabalho, pois o empregado já se encontra nas dependências do empregador. Já o tempo despendido na higienização não deve ser computado.

b) Inexistindo obrigatoriedade de troca de uniforme nas dependências do empregador, o tempo despendido não é computado na jornada de trabalho. Tampouco deve ser computado o tempo de higienização.

c) O tempo despendido na troca de uniforme, assim como o gasto na higienização do mesmo, são computados na jornada de trabalho, pois estão relacionados diretamente com a função desempenhada e a obrigatoriedade de trabalhar com o uniforme.

d) O tempo despendido na higienização do uniforme deverá ser computado na duração do trabalho, pois reduz o intervalo mínimo entre duas jornadas. Já a troca de uniforme comum não deve ser computado, porque não há obrigatoriedade de troca na empresa.

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A alternativa A está incorreta, pois conforme art. 4º, § 2º, inciso VII da CLT, a troca de uniforme somente será computada quando houver obrigatoriedade de realizar a troca na empresa. Ademais, conforme art. 456-A da CLT, a higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, não havendo de se falar em cômputo deste tempo.

A alternativa B está correta, pois conforme art. 4º, § 2º, inciso VII da CLT, inexistindo obrigatoriedade de troca de uniforme nas dependências do empregador, o tempo despendido não é computado na jornada de trabalho. Ademais, conforme art. 456-A da CLT, a higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, não havendo de se falar em cômputo deste tempo.

A alternativa C está incorreta, pois nas dependências do empregador, o tempo despendido não é computado na jornada de trabalho. Ademais, conforme art. 456-A da CLT, a higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, não havendo de se falar em cômputo deste tempo.

A alternativa D está incorreta, pois nas dependências do empregador, o tempo despendido não é computado na jornada de trabalho. Ademais, conforme art. 456-A da CLT, a higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, não havendo de se falar em cômputo deste tempo.

QUESTÃO 74. Francisco é caseiro desde 2019 em uma chácara localizada em área urbana, cujo proprietário aluga o imóvel por temporada por meio de um site especializado neste tipo de negociação. Francisco tem a incumbência de manter limpa a casa, receber os locatários e atender às eventuais necessidades deles no tocante ao conforto e à segurança. Além disso, de 2ª feira a sábado, Francisco faz a manutenção geral do local, independentemente de estar locado, para que a aparência esteja sempre impecável e, assim, os hóspedes recomendem a estadia na chácara a outros candidatos.

Diante desta situação e das normas de regência, assinale a opção que indica a categoria profissional de Francisco.

a) Trabalhador intermitente.

b) Empregado doméstico.

c) Empregado rural.

d) Empregado comum.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois não se trata de trabalho intermitente, conforme definição trazida pelo art. 443, § 3º, da CLT: “Considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e

do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria”. Logo, trata-se de empregado comum, conforme art. 3º da CLT.

A alternativa B está incorreta, pois não se trata de trabalhador doméstico, conforme definição trazida pelo art. 1º da LC 150/2015: “Ao empregado doméstico, assim considerado aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana, aplica-se o disposto nesta Lei”. Logo, trata-se de empregado comum, conforme art. 3º da CLT.

A alternativa C está incorreta, pois o trabalho não é rural. Logo, trata-se de empregado comum, conforme art. 3º da CLT.

A alternativa D está correta, pois conforme art. 3º da CLT, considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

QUESTÃO 75. Sílvia Luiz foi convidado pelo seu empregador para ocupar interinamente o cargo de supervisor administrativo; sendo certo que, em caso de vacância do cargo, este seria preenchido por Sílvia Luiz. Diante desta situação, você foi consultado, como advogado(a) do empregado, para saber acerca dos seus direitos na hipótese.

Sobre o caso apresentado, de acordo com o texto em vigor da CLT e a jurisprudência consolidada do TST, assinale a afirmativa correta.

a) Caso não haja a vacância e cessada a interinidade do cargo, Sílvia Luiz terá que ser desligado da empresa por motivo econômico, o que afasta o pagamento da multa de 40%, pois a alteração contratual de reversão será ilícita e autorizada a dispensa na hipótese por justo motivo.

b) Sílvia Luiz, no caso de vacância definitiva do cargo, passará a ocupá-lo e terá necessariamente direito ao salário do seu antecessor.

c) Sendo a hipótese de férias do efetivo supervisor administrativo que ensejou o trabalho interino de Sílvia Luiz no cargo, este último não faz jus ao mesmo salário do substituído no período.

d) Considerando que o exercício do cargo será interino, não havendo a vacância posterior, Sílvia Luiz terá garantido o retorno ao seu cargo anterior e a contagem de tempo de serviço no cargo ocupado temporariamente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois é possível a reversão ao cargo anterior, conforme art. 468, § 1º da CLT: “Não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança. “

A alternativa B está incorreta, conforme Súmula 159, II, do TST: “II - Vago o cargo em definitivo, o empregado que passa a ocupá-lo não tem direito a salário igual ao do antecessor.”

A alternativa C está incorreta, conforme disposto na Súmula 159, I, do TST: “I - Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, inclusive nas férias, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.”

A alternativa D está correta, conforme art. 450 da CLT: “Ao empregado chamado a ocupar, em comissão, interinamente, ou em substituição eventual ou temporária, cargo diverso do que exercer na empresa, serão garantidas a contagem do tempo naquele serviço, bem como volta ao cargo anterior.”

QUESTÃO 76. Leonardo Pereira e Panificação Pão Fresquinho Ltda decidiram, amigavelmente, encerrar a relação de emprego mantida entre eles. Porém, as verbas rescisórias não eram

incontroversas, uma vez que discutiam diferenças de horas extras e reflexos; trabalho em feriados e reflexos; intervalo para alimentação e descanso; além de adicional de insalubridade.

Sendo assim, após muito conversarem, chegaram a um bom termo. Contudo, para segurança jurídica de ambos, gostariam que a avença fosse chancelada pela Justiça do Trabalho.

Para isso, de acordo com o texto da CLT em vigor, as partes deverão

a) fazer uso do *jus postulandi* e ajuizar uma reclamação trabalhista do empregado em face do empregador com todos os pedidos, e, no dia designado para a audiência, deverão comparecer e celebrar o acordo.

b) fazer uso do *jus postulandi* e dar entrada no processo de homologação de transação extrajudicial em petição conjunta e aguardar a homologação do juiz.

c) estar representadas por advogados independentes que darão entrada em petição conjunta do processo de homologação de transação extrajudicial.

d) estar representadas por advogado, que poderá ser comum a ambas, e darão entrada em petição conjunta do processo de homologação de transação extrajudicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com o art. 855-B da CLT, no caso de homologação de acordo extrajudicial, é obrigatória a representação das partes por advogado. Logo, não há de se falar em uso do *jus postulandi*.

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com o art. 855-B da CLT, no caso de homologação de acordo extrajudicial, é obrigatória a representação das partes por advogado. Logo, não há de se falar em uso do *jus postulandi*.

A alternativa C está correta, pois de acordo com o art. 855-B da CLT, o processo de homologação de acordo extrajudicial terá início por petição conjunta, sendo obrigatória a representação das partes por advogado. Ademais, na forma do § 1º do mencionado artigo, as partes devem ser representadas por advogados distintos, ou seja, independentes, não sendo possível representação por advogado comum.

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com o art. 855-B, § 1º, da CLT, as partes não poderão ser representadas por advogado comum.

QUESTÃO 77. Depois de fracassar a tentativa pacífica de negociação para realizar uma convenção coletiva de âmbito municipal, o sindicato dos empregados ajuizou dissídio coletivo que, depois de regularmente processado nos moldes da Lei, recebeu sua sentença normativa.

Ocorre que o sindicato dos empregadores não concorda com algumas das cláusulas fixadas, e pretende recorrer da decisão.

Diante da situação retratada e dos termos da CLT, assinale a afirmativa correta.

a) Caberá recurso ordinário para o TST.

b) Por se tratar de sentença normativa, é irrecorrível.

c) Caberá recurso de revista para o TST.

d) Caberá recurso ordinário para o TRT.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois conforme art. 895, II, da CLT, caberá recurso ordinário para a instância superior das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais, em processos de sua competência originária, no prazo de 8 (oito) dias, quer nos dissídios individuais, quer nos dissídios coletivos.

A alternativa B está incorreta, pois conforme art. 895, II, da CLT, o recuso cabível é o recurso ordinário para o TST.

A alternativa C está incorreta, pois conforme art. 895, II, da CLT, o recuso cabível é o recurso ordinário para o TST.

A alternativa D está incorreta, pois conforme art. 895, II, da CLT, o recuso cabível é o recurso ordinário para o TST.

QUESTÃO 78. Você advoga para um ex-empregado, em sede de reclamação trabalhista em face de uma sociedade empresária, e também em face dos sócios desta.

O curso processual vem sendo bastante conturbado. A parte ré deduziu fatos manifesta e notoriamente inverídicos em juízo; ela vem utilizando meios e modos de retardar o desfecho processual, arrolando testemunhas que não são localizadas, requerendo a substituição de testemunhas e provocando adiamentos desnecessários de audiências, no intuito de suscitar eventual futura nulidade.

Seu cliente perguntou se as condutas poderiam ensejar o requerimento e consequente condenação em litigância de má-fé, em razão de considerar que tais condutas representam procedimento contrário à boa ordem processual.

Nesse sentido, de acordo com o texto da CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) Não é vedado a parte promover incidentes processuais sem fundamento, com intuito de retardar o andamento processual, já que o amplo direito de defesa é assegurado constitucionalmente.**
- b) Os valores da multa de litigância de má-fé sempre incidem sobre o valor da causa, ainda que irrisório o valor, pois existem as demais reparações previstas na lei.**
- c) Não constitui conduta passível de litigância de má-fé a parte formular alegações em sede de contestação contrárias a texto expresso de lei, pois cabe ao juiz rechaçar a alegação.**
- d) As condutas ensejam litigância de má-fé e têm previsão legal, sendo passíveis de multa superior a 1% e inferior a 10% sobre o valor corrigido da causa, entre outras penalidades.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois conforme art. 793-B, VI, da CLT, considera-se litigância de má-fé a provocação de incidente manifestamente infundado.

A alternativa B está incorreta, pois conforme art. 793-C, § 2º, da CLT, quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até duas vezes o limite máximo dos benefícios do RGPS. Ou seja, nestes casos, o valor da multa de litigância de má-fé não incidirá sobre o valor da causa.

A alternativa C está incorreta, pois conforme art. 793-B, I, da CLT, considera-se litigância de má-fé a dedução de pretensão ou defesa contra texto expresso de lei.

A alternativa D está correta, pois conforme art. 793-C, caput, da CLT: “De ofício ou a requerimento, o juízo condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a 1% (um por cento) e inferior a 10% (dez por cento) do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.”

QUESTÃO 79. Tomás teve o pedido de sua reclamação trabalhista julgado procedente em parte. Com o trânsito em julgado, adveio a fase executória e o juiz lhe conferiu prazo para apresentar os cálculos

atualizados, o que foi feito. Desse cálculo, a executada foi intimada a se manifestar, mas ficou-se inerte. Em seguida, após ratificação pelo calculista da Vara, o juiz homologou o cálculo de Tomás e citou o executado para pagamento.

O executado apresentou guia de depósito do valor homologado e, 5 dias após, ajuizou embargos à execução, questionando os cálculos homologados, entendendo que estavam majorados.

Diante da situação retratada e da previsão da CLT, assinale a afirmativa correta.

- a) Os embargos não serão apreciados porque intempestivos, já que o prazo é de 3 dias úteis.
- b) Cabíveis embargos à execução no prazo de até 5 dias úteis após a garantia do juízo, daí, o mérito dele será apreciado.
- c) Há preclusão porque a empresa silenciou acerca dos cálculos, logo o mérito dos embargos não será apreciado.
- d) Os embargos são tempestivos, não há preclusão mas faltou realizar o preparo com acréscimo de 30%, daí o mérito não será apreciado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois o prazo para apresentação dos embargos é de 5 dias, conforme art. 884, caput, da CLT: “Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 (cinco) dias para apresentar embargos, cabendo igual prazo ao exequente para impugnação.”

A alternativa B está incorreta, pois o mérito dos embargos não será apreciado. Como não houve manifestação acerca dos cálculos, houve preclusão, conforme art. 879, § 2º, da CLT.

A alternativa C está correta, posto que conforme art. 879, § 2º, da CLT: “Elaborada a conta e tornada líquida, o juízo deverá abrir às partes prazo comum de oito dias para impugnação fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de preclusão.”

A alternativa D está incorreta, pois como não houve manifestação acerca dos cálculos, houve preclusão, conforme art. 879, § 2º, da CLT.

QUESTÃO 80. Pedro Arnaldo ajuizou reclamação trabalhista em face da ex-empregadora. No dia da audiência, rejeitada a possibilidade de acordo, o feito foi contestado. A parte ré, porém, requereu o adiamento em razão da ausência de uma testemunha, que estava intimada regularmente. Na audiência seguinte Pedro Arnaldo, sem qualquer justificativa, não compareceu.

Diante disso, nos termos da CLT e do entendimento jurisprudencial consolidado do TST, assinale a afirmativa correta.

- a) A ausência do reclamante, quando adiada a instrução após contestada a ação em audiência, não importa arquivamento do processo.
- b) A ausência do reclamante importará no arquivamento do feito na hipótese.
- c) O feito deverá ser novamente adiado para o comparecimento do reclamante, que não deu causa ao adiamento anterior.
- d) Ausente o interesse de agir, o feito deverá ser extinto sem resolução do mérito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois conforme Súmula 9 do TST: “A ausência do reclamante, quando adiada a instrução após contestada a ação em audiência, não importa arquivamento do processo.”

A alternativa B está incorreta, pois conforme Súmula 9 do TST: “A ausência do reclamante, quando adiada a instrução após contestada a ação em audiência, não importa arquivamento do processo.”

A alternativa C está incorreta, pois conforme Súmula 74, I, do TST: “I - Aplica-se a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor.”

A alternativa D está incorreta, pois conforme Súmula 74, I, do TST: “I - Aplica-se a confissão à parte que, expressamente intimada com aquela cominação, não comparecer à audiência em prosseguimento, na qual deveria depor.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreiraJurídica](#) / [yasminushara](#)